Sexta-feira, 29 de maio de 2026 **I Série — Número 97**

DIÁRIO da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 28 DE MAIO DE 2026

Presidente: Ex.mo Sr. José Pedro Correia de Aguiar-Branco

Secretários: Ex.mos Srs. Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
José António Ribeiro de Carvalho
Joana Fernanda Ferreira de Lima
Maria Germana de Sousa Rocha

S U M Á R I O

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas.

Ao abrigo do artigo 227.º do Regimento, procedeu-se ao debate da Interpelação ao Governo n.º 3/XVII/1.ª (PCP) — Centrada nas condições de vida dos trabalhadores: pacote laboral, salários e direitos. Proferiram as intervenções de abertura o Deputado Paulo Raimundo (PCP) e o Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho (Adriano Rafael Moreira).

No período de debate, usaram da palavra, a diverso título, além daqueles oradores, os Deputados Paulo Núncio (CDS-PP), André Ventura (CH), Mariana Leitão (IL), Joaquim Barbosa (PSD), Paula Santos (PCP), Isabel Mendes Lopes (L), Felicidade Vital (CH), Miguel Cabrita (PS) — que, posteriormente, usou da palavra para a defesa da honra da bancada, no seguimento de uma intervenção do Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho —, Alfredo Maia (PCP), Fabian Figueiredo (BE), Isaura Morais (PSD), Paula Santos (PCP), Armando Grave (CH), Filipe Sousa (JPP), Francisco José Martins (PSD), Catarina Salgueiro e António Carneiro (CH), Carla Barros (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Isabel Costa e Dália Miranda (PS), Carlos Guimarães Pinto (IL), Ana Bernardo (PS), Mário Amorim Lopes (IL), Hugo Soares (PSD), Rui Tavares (L) e Pedro Pinto (CH).

No encerramento do debate, intervieram a Deputada Paula Santos (PCP) e o Ministro dos Assuntos Parlamentares (Carlos Abreu Amorim).

Em interpelação à Mesa, o Deputado Hugo Soares solicitou que fosse levado a Conferência de Líderes o alegado abuso das figuras regimentais por parte dos Deputados.

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 12 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Boa tarde, Sr.as e Srs. Deputados.

Eram 15 horas.

Os Srs. Agentes da autoridade podem abrir as portas, para o público ter acesso às galerias.

Pausa.

Cumprimento o Sr. Ministro e o Sr. Secretário de Estado.
Pedia ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar o expediente.

O Sr. **Secretário da Mesa** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, é para informar a Câmara que se encontra, nos suportes institucionais da Assembleia da República, o conjunto de iniciativas que deram entrada desde a nossa última reunião.

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Pedia aos Srs. Deputados o favor de se sentarem, para darmos início à sessão.

Pausa.

Queria dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Raimundo, que vai fazer a intervenção em nome do PCP, mas ainda está um certo burburinho na Sala.

Burburinho na Sala.

Pedia aos Srs. Deputados, nomeadamente quem esteja de costas para a Mesa, o favor de se sentarem, para poder dar início à sessão.

Pausa.

Vou voltar a repetir mais devagar, para ser mais compreensível: pedia aos Srs. Deputados o favor de se sentarem. Pedia aos Srs. Deputados para não estarem de costas para a Mesa, porque vou dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Raimundo para uma intervenção, para iniciarmos o nosso debate de interpelação ao Governo, que também já está presente.

Bom, então a nossa ordem do dia de hoje consiste no debate da Interpelação ao Governo n.º 3/XVII/1.ª (PCP) — Centrada nas condições de vida dos trabalhadores: pacote laboral, salários e direitos.

Tentativamente, dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Raimundo, para a intervenção em nome do PCP.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A vida dos trabalhadores, a realidade do País e o assalto que está em curso aos seus direitos com o pacote laboral — é este o mote da interpelação que aqui hoje fazemos ao Governo.

É um processo que ocorre numa situação de crescentes dificuldades para a generalidade do povo, sujeito a uma escalada de preços que ameaça prolongar-se e acentuar-se, de crescente dificuldade de acesso aos serviços públicos, em particular na saúde, ou de acesso à habitação, face a uma especulação que o Governo anima. Como se não fossem já bastantes as dificuldades da vida, aí está um projeto para aumentar a exploração.

Tendo em conta o tema, ficará para memória futura a falta, neste debate, da Ministra do Trabalho, que tem agenda para andar por aí a vender essa peça de retrocesso,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E o pacote?

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — … mas que entendeu fugir ao debate sobre esta aberração que é o pacote laboral.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora aí está!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Fugiu ao debate, porque a proposta do pacote laboral é indefensável e, sempre que a Ministra do Trabalho fala sobre ele, só acrescenta razões para o rejeitar. O pacote laboral não só não resolve, como agrava todos os problemas com que nós hoje nos confrontamos.

Sobre o que há de negativo na atual lei, zero, nem uma medida. E tanto que há para alterar, a bem do País, a bem da produtividade, da competitividade, da produção nacional e, acima de tudo, a bem da vida de quem trabalha!

O pacote laboral não só não altera nada que hoje já é negativo na atual lei, como tudo o que avança é ainda para piorar a vida de quem trabalha. É por ser assim que os poucos apoiantes deste assalto aos trabalhadores criaram uma narrativa, que repetem até à exaustão, para se convencerem e tentarem convencer outros. Aliás, é mais que certo que, neste debate, aqui se vão ouvir algumas dessas mesmas narrativas: é preciso uma agenda transformadora, moderna, dinâmica, produtividade para aqui, competitividade para acolá,…

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Já sabes algumas coisas!

O Sr. **Paulo Raimundo** (IL): — … flexibilidade para ali, os salários que virão um dia, um dia que nunca mais chega. Tudo espremido, é só conversa, sustentada em nada.

Senão vejamos: que a lei laboral em Portugal é uma das mais rígidas da Europa é uma manchete cheia de inverdades sem sustentação e sem nenhuma ligação com a realidade.

Foram as leis atuais que nos trouxeram o flagelo da precariedade, e quem não quiser alterar estas leis está com a precariedade. Sim, foram as leis em vigor, aprovadas pelo PSD, pelo CDS e seus sucedâneos, mas também com o contributo do Partido Socialista, que nos trouxeram à atual situação.

Aqui chegados, a vossa solução para combater a chaga da precariedade é — pasme-se — generalizar e eternizar para todo o sempre essa mesma precariedade, é eternizar e generalizar para todo o sempre a precariedade no trabalho, a precariedade na vida e a precariedade na família. A vossa proposta é, em suma, a precariedade e a instabilidade como novo normal na vida dos trabalhadores e da juventude.

O vosso moderno pacote laboral prevê alargar ainda mais os motivos para os contratos a prazo e que trabalhadores que nunca tenham tido um contrato efetivo possam, para todo o sempre, ficar com contratos e vínculos precários, e prevê que, após o despedimento coletivo, de imediato se possa recorrer ao *outsourcing* — esse *outsourcing*, que tem tantas provas dadas de precariedade, de baixos salários e de assalto aos direitos.

O vosso pacote é tão moderno, que consegue agravar ainda mais a vida dos trabalhadores temporários e agravar ainda mais a vida dos trabalhadores a recibos verdes — esses falsos recibos verdes, que, em grande maioria, só são falsos recibos verdes porque não têm um contrato de trabalho.

Que cada um olhe à sua volta, que cada um pense em si, que cada um pense nos seus filhos e nos seus netos, para ver as consequências, no presente e no futuro, destas vossas opções.

Dizem que o pacote laboral é para que se produza mais e para, numa manhã que nunca chegará, aumentar os salários. É mais uma falácia, porque, ao generalizar a precariedade, o que fazem é generalizar ainda mais os baixos salários, até porque sabemos que quem tem hoje um vínculo precário ganha, em média, menos 20 % do que um outro trabalhador, mesmo que trabalhe no mesmo sítio, faça as mesmas horas e ocupe o mesmo local de trabalho.

Dizem que é para aumentar a produtividade e dizem-no, mesmo sabendo que isso só se faz aumentando o investimento, aumentando a tecnologia, a formação e a valorização e o respeito pelos trabalhadores. Para aumentar a produtividade, é preciso fazer tudo aquilo que o Governo não quer fazer, e muito menos com as medidas que avança no pacote laboral.

Com trabalhadores precários, a rodar sucessivamente, com salários baixos e sem motivação, não vamos lá. Aliás, o vosso pacote laboral só acentua este caminho e só agrava ainda mais este caminho, que está em curso e com resultados à vista.

Aliás, permitam-me citar uma frase que aqui mesmo foi dita, na semana passada. Passo a citar: «Não é trabalhando mais horas que se vai aumentar a produtividade». Esta afirmação não é minha, esta afirmação não é tirada de uma obra qualquer de Marx, esta afirmação foi dita pela boca do Sr. Ministro da Economia, aqui mesmo, na semana passada, na Assembleia.

Os que têm a ousadia de afirmar que este pacote laboral é para melhorar a relação com a família e o tempo disponível têm de explicar a contradição com uma proposta que visa, isso sim, desregular ainda mais o tempo de trabalho, com o que isso implica na conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Protestos do Deputado do PSD Bruno Ventura.

Têm de explicar onde fica a vossa narrativa, perante a possibilidade de o patrão aumentar o horário de trabalho 2 horas por dia, 10 horas por semana, 150 horas por ano, que ainda por cima não são pagas como trabalho extraordinário, ou quando procura impor aos trabalhadores com filhos menores de 12 anos, com deficiência ou doença crónica a obrigação de trabalhar à noite, fins de semana e feriados.

Equilíbrio e o melhor para todos: é esta a síntese que o Sr. Primeiro-Ministro faz do pacote laboral. Traduzindo, em concreto, o que significa é os trabalhadores trabalharem mais horas, ganharem menos, ficarem numa situação ainda mais instável, para que uns poucos continuem a concentrar cada vez mais riqueza. Ora, aqui está um belo exemplo de equilíbrio.

A atual lei laboral precisa de alterações, e profundas, desde logo repondo o princípio do tratamento mais favorável e revogando a caducidade da contratação coletiva. Alterar para melhor, isso sim.

Porém, perante esta necessidade, qual é a opção que faz a proposta que estamos a discutir do pacote laboral? É facilitar ainda mais a caducidade da contratação coletiva; é permitir ao patrão poder escolher a convenção a aplicar e impedir que os contratos coletivos se estendam a trabalhadores temporários ou a trabalhadores de *outsourcing*, que lá estão, fazem o mesmo, as mesmas horas e nas mesmas condições que os outros todos, ou suspender a aplicação da contratação coletiva em situações de crise empresarial, seja lá o que isso for.

Dar combate a mais este ataque aos trabalhadores e aos seus direitos não é só defender o País, não é só defender a economia, não é só defender a produção nacional, mas é também defender a própria democracia. É assim, porque há quem se atreva, com este pacote laboral, a dificultar aos sindicatos o acesso a empresas e locais de trabalho e há quem tenha a ousadia de atacar o direito à greve.

Os trabalhadores já hoje enfrentam vidas difíceis, já hoje enfrentam as vidas com salários baixos, já hoje se deparam com um brutal aumento do custo de vida, já hoje sentem, e com razão, que não são respeitados. Os trabalhadores não são peças descartáveis. Os trabalhadores são aqueles que carregam o País às costas, são os que garantem que tudo funciona, são aqueles que produzem, os únicos que produzem toda a riqueza que é criada.

Sem trabalhadores não há nada. Os trabalhadores são os imprescindíveis e os imprescindíveis merecem respeito, merecem dignidade, merecem direitos, merecem tempo para viver e merecem salários.

Houve quem, com uma arrogância que há muito não se via, achasse que tinha uma passadeira estendida para impor o pacote laboral. Pensou, achou, mas enganou-se. A luta travou-lhes o passo e os trabalhadores rejeitaram o conteúdo do pacote laboral.

Estavam à espera do quê? De que os trabalhadores aceitassem, de braços abertos, os seus próprios despedimentos sem justa causa? De que os jovens desejassem, para todo o sempre, viver na precariedade, na instabilidade, com contratos a dia e temporários, falsos recibos verdes? De que aceitassem, com um sorriso nos lábios, a nova máxima do patronato do «sabes quando entras e nunca sabes quando sais»? De que aceitassem ainda mais a desregulação dos horários de trabalho? De que achassem bem trocar trabalho extraordinário pago por trabalho à borla?

Queriam os trabalhadores distraídos, queriam, mas não têm. Os trabalhadores sentem esta ameaça e aí estão, a fazer frente a mais um ataque às suas vidas e à vida dos seus filhos.

Não é tempo de ficar à espera e não se pode ficar à espera de nada. O que vai determinar o fim deste confronto, o que vai decidir a derrota do vosso pacote laboral é aquilo que sempre fez e faz andar o motor da história: a luta, a determinação, a coragem, a força e a unidade dos trabalhadores.

No dia 3 de junho, damos todo o apoio à greve geral. É uma greve geral para todos, sindicalizados e não sindicalizados, para mais novos e mais velhos, para os do sector privado e os do sector público. É uma greve geral para derrotar o pacote laboral, para combater o aumento do custo de vida e abrir caminho à vida melhor e à vida justa, ao serviço de quem trabalha, de quem produz a riqueza, de quem garante e põe o País a funcionar.

É este caminho que é urgente, é este caminho que é necessário, é por este caminho que cá estamos.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PCP está sempre em greve!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Depois vês, quando fores picar o ponto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho, para a intervenção inicial em nome do Governo.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho** (Adriano Rafael Moreira): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.as e Srs. Deputados: Em março de 2024, o desemprego jovem era de 23 %. Em março de 2026, a taxa fixou-se em 18,1 %, uma redução superior a 20 %.

Em março de 2024, o número de trabalhadores em Portugal quase atingia os 5 milhões. Em março de 2026, superou os 5,3 milhões, foram criados mais de 300 000 postos de trabalho.

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — Em março de 2024, o salário mínimo nacional era de 820 €. Em 2026, é de 920 €, um aumento de 100 €.

Em março de 2024, era voz corrente que, em breve, ganharíamos todos o salário mínimo, devido à fraca evolução salarial. Em 2026, fomos distinguidos pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) como o País que teve o maior aumento de salário médio das economias desenvolvidas.

A Sr.ª **Helga Correia** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — Em março de 2024, tínhamos no País mais de 400 000 residentes ilegais. Em 2026, os imigrantes estão devidamente registados e em pleno processo de integração social.

Em março de 2024, assistíamos na televisão a reportagens em direto de perseguições a trabalhadores e empresários, por violação das regras básicas de segurança e saúde no trabalho. Em 2026, temos a Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho, publicada em *Diário da República* após aprovação unânime de todos os parceiros sociais.

Em março de 2024, tínhamos os trabalhadores e empresários a reclamar pela reestruturação do Instituto de Emprego e Formação Profissional e das políticas de formação profissional. Em 2026, temos um instituto de emprego próximo dos trabalhadores e das empresas, afirmando-se pelo trabalho diário de colocação de trabalhadores e de formação dos atuais e futuros.

Foram dois anos de trabalho intenso e bem-sucedido. O sucesso deve-se aos milhares de trabalhadores que temos a honra de coordenar e aos parceiros sociais que sempre estiveram disponíveis.

Sr.as e Srs. Deputados, os portugueses exigem aos seus eleitos e aos seus dirigentes políticos que o caminho continue na direção do progresso e do bem-estar social, na direção da valorização salarial e da conciliação da vida profissional com a vida pessoal.

Em 2029, o salário mínimo será de 1100 €, o que representará um aumento salarial, na Legislatura, de 34 %. A previsão para o salário médio é de chegar aos 2000 €, um aumento de 500 €, durante a Legislatura.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — Os portugueses sabem que estes valores serão atingidos e confiam no Governo para que tome as medidas necessárias nesse sentido.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Contudo, os portugueses querem mais. Querem ir mais longe e sabem que têm Governo para os conduzir nessa direção.

Depois de um processo de negociação coletiva, deu entrada no Parlamento a Proposta de Lei n.º 77/XVII/1.ª — Altera o Código do Trabalho, que é hoje objeto do presente debate. O diálogo foi intenso, foram debatidos e analisados todos os temas da reforma laboral, mas também muitos outros, como, por exemplo, a formação profissional, a segurança e saúde no trabalho e os complementos de pensão de reforma.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — No próximo dia 19 de junho, voltaremos a reunir, para continuarmos a reforma da formação profissional.

No total, foram 58 reuniões, das quais resultou a proposta de lei que foi remetida ao Parlamento. Das propostas do documento inicial, mais de 50 % foram alteradas.

Sr.as e Srs. Deputados, como pressuposto durante toda a negociação, esteve em cima da mesa a manutenção e o reforço dos direitos dos trabalhadores e, como objetivos, a valorização salarial e a conciliação do trabalho com a vida pessoal. Tudo o resto se enquadra na boa prática legislativa de atualizar e modernizar um Código do Trabalho do início do século, que, em grande parte, se limitou a codificar a legislação do século passado.

O documento que está disponível na página *online* do Parlamento não é de fácil leitura. No período de audição pública, que VV. Ex.as irão fixar, é da máxima importância que seja disponibilizada uma versão idêntica à que utilizámos nas negociações, com as normas legais atuais, no qual se assinale o que se revoga, altera e mantém.

Lemos e ouvimos dezenas de comentários de quem claramente não leu o documento ou não o percebeu.

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Exatamente!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — Outros divagam sobre os comentários anteriores. Alguns apenas tentam impedir o debate, escondendo a sua ignorância ou o medo do progresso social.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Hoje, como há 500 anos, sempre haverá velhos do Restelo.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Claro!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — Porém, hoje, como há 500 anos, também haverá quem lute pelo progresso do País e bem-estar dos portugueses.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Analisemos, a título de exemplo, uma das propostas de alteração do Código do Trabalho: o banco de horas.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Ah!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — O regime proposto apenas será possível na ausência de convenção coletiva. Em 2024, foram publicadas 34 convenções coletivas que consagram o banco de horas, ou seja, os sindicatos subscreveram dezenas de contratos coletivos que consagram o banco de horas.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Individual!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — A título de exemplo, analisemos um desses contratos, subscrito pelo sindicato da CGTP-IN (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional), que convocou greve para o dia da greve geral, na Carris e no Metropolitano de Lisboa. Pode ler-se: «O período normal de trabalho pode ser aumentado…», por acordo entre o trabalhador e o empregador, «… até quatro horas diárias e pode atingir sessenta horas semanais». A compensação é em tempo de trabalho ou em dinheiro.

A intervenção do sindicato limitou-se a alargar os limites do tempo de trabalho ao máximo e a reduzir o valor da compensação em dinheiro ao mínimo,…

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — … deixando a respetiva negociação para o trabalhador.

Aplausos do PSD.

Na proposta de lei, o limite do acréscimo de tempo de trabalho é menor e o pagamento em dinheiro é superior ao acordado pelo sindicato da CGTP.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Isso mesmo!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — Como se conclui, o que está em causa não é a possibilidade de existência de banco de horas, que já existe. O PCP quer impedir os trabalhadores de negociar o banco de horas com a entidade patronal, quer garantir que a CGTP continua a negociar com as entidades patronais…

Protestos do PCP.

… e, como vimos, em prejuízo dos trabalhadores.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — A proposta de lei reforça os direitos dos trabalhadores.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Isso é muito recauchutado!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — Sr.ªs e Srs. Deputados, esta é a fase do Parlamento. Esta é a fase do Parlamento.

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Pois é!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — Da parte do Governo, fica a disponibilidade para prestar todas as informações e todos os esclarecimentos que VV. Ex.ªs considerem necessários.

Os portugueses querem que se reforme a legislação laboral e confiam no Parlamento para que, no tempo que vier a ser considerado adequado, analise a proposta de lei, introduza as alterações que entenda mais

adequadas, mas sempre com o pressuposto de manutenção e reforço dos direitos dos trabalhadores e com o objetivo de valorização salarial e conciliação do trabalho com a vida pessoal.

Aplausos, de pé, do PSD e do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio, tendo o Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida aplaudido sentado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Alguns ficaram sentados!

O Sr. **Presidente**: — Queria que a Câmara pudesse ouvir o Sr. Presidente, para depois ouvir os pedidos de esclarecimento, que são três para o Sr. Deputado Paulo Raimundo e sete para o Governo.

Vou dar a palavra, portanto, em primeiro lugar, para pedidos de esclarecimento ao Sr. Deputado Paulo Raimundo, que responderá de uma só vez a todos. Portanto, pedia para termos condições para ouvir agora os pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP, com 2 minutos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Sr.as e Srs. Deputados, não é novidade nenhuma que, para o PCP, quando a AD (Aliança Democrática) governa, nada está bem.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Depois de terem apresentado duas moções de rejeição aos dois Programas do Governo da AD, sem sequer terem tido tempo para os ler,…

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Lemos, lemos!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Oh!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … hoje discutimos uma interpelação, uma nova interpelação do PCP sobre reforma laboral, salários e direitos. A cassete é sempre, mas sempre, a mesma, Sr. Deputado.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos e do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Os Srs. Deputados fogem da realidade como o diabo da cruz, mas, como diz o ditado popular, «contra factos, não há argumentos».

O que é que os trabalhadores portugueses querem? Querem mais salários, mais emprego e menos pobreza. Pois bem, durante os Governos da AD, os salários aumentaram, o emprego está em máximos históricos e a pobreza desceu. São os factos, esses factos irritantes que põem em causa toda a cassete do PCP.

Depois, vem o argumento da inflexibilidade do Governo e de que as negociações na concertação social foram uma perda de tempo.

Porém, eu pergunto: a proposta de reforma laboral que foi apresentada pelo Governo neste Parlamento não é diferente do anteprojeto inicialmente apresentado? E eu respondo: sim, é.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Está a inventar coisas!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Embora não tenha havido acordo, o Governo incluiu contributos dos parceiros sociais, incluindo dos sindicatos que se sentaram à mesa da negociação.

Por isso, Srs. Deputados, aceitem a realidade, deixem de ler apenas o *Pravda*, mudem a vossa cassete, porque, mesmo para um partido como o Partido Comunista Português, que continua fascinado com a União Soviética e com o estalinismo, é preciso que acordem.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Já acabou a União…

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos e do Deputado do L Paulo Muacho.

… e os soviéticos já cá não estão, Srs. Deputados. Já cá não estão.

Por isso, deixava três perguntas que eu sei, à partida, que não vão ser respondidas. Estão ou não estão os salários a aumentar? O emprego está ou não está em níveis máximos históricos? E a pobreza está…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para um segundo pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura, do Chega.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Raimundo, começo por cumprimentá-lo por trazer este tema aqui a debate.

Porém, tenho alguma perplexidade relativamente à atuação do PCP nesta matéria, precisamente por isto:…

Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.

… fala da descida de poder de compra e da perda que os trabalhadores sentem, mas eu vou recordar-lhe que, durante o período em que os senhores apoiaram o Governo do Partido Socialista, só a função pública perdeu 6,2 % do poder de compra. Repito: 6,2 %!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Falem com eles, vejam aquilo que o vosso Governo gerou,…

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Lá mais para trás!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … para agora virem aqui dizer que queriam fazer melhor.

Mais, foi durante o período da geringonça que a carga fiscal atingiu 35,5 % do PIB (Produto Interno Bruto), um máximo histórico.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Foi o que fizeram, com os senhores do Partido Socialista.

Portanto, virem agora aqui dizer «mais direitos para quem trabalha, mais direitos para quem produz, mais direitos para a sociedade», quando durante 4 anos, se não 6 anos, se não 7 anos, andaram ao colo com o Partido Socialista,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … que destruiu a economia, é um pouco estranho, pelo menos.

Aplausos do CH.

Depois, Sr. Deputado Paulo Raimundo, aprovaram quatro Orçamentos ao Partido Socialista. Repito: quatro Orçamentos.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Nunca os ouvi falarem das férias dos trabalhadores, importante fator para esses mesmos trabalhadores.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Agenda do Trabalho Digno!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nunca vos ouvi falar da idade da reforma…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora! Ora!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … para esses trabalhadores. Nunca vos ouvi falar disso. E mesmo sobre o trabalho por turnos e extraordinário, venderam-se e aceitaram o que o Partido Socialista tinha proposto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — A diferença, Sr. Deputado? Há uma grande diferença da geringonça.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Olhe, até o Líder Parlamentar do PS continua a dar-vos indicações.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não é a ele, é a ti!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Se continuarem assim, já são três, em breve serão zero, porque, se continuarem a fazer isso, é o que vai acontecer.

Aplausos do CH.

Mesmo assim, hoje não é um bom dia para o PS dar indicações a ninguém.

Risos do CH.

Portanto, eu acho que hoje o PS ficava na sua casa.

Aplausos do CH.

Hoje o PS ficava na sua casa, é o que eu acho. É o que eu acho!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Isso é de baixo nível!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Agora, ó Sr. Deputado Paulo Raimundo, vir aqui falar de despedimento de trabalhadores, de despedimento e bar aberto, quando o PCP e o Bloco de Esquerda são quem mais despede trabalhadores ilegalmente em Portugal…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Leitão, para pedir esclarecimentos.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Raimundo, acabou de dizer na tribuna que, quando se diz que o mercado de trabalho em Portugal é dos mais rígidos, isso não tem nenhuma ligação com a realidade.

Vou dar-lhe algumas informações: Portugal é um dos três mercados de trabalho mais rígidos da OCDE.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — O quê?!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Falso!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — São 38 países!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Não sou eu que o digo!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr.ª Deputada, há outros!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Portugal tem a quarta economia menos produtiva da União Europeia. Também não sou eu que o digo.

O nosso desemprego jovem está nos 20 %.

Quanto aos salários, mais de metade dos trabalhadores jovens em Portugal têm um salário inferior a 1000 €.

Temos uma taxa de ensino superior maior do que a média europeia, mas temos um salário médio 30 % abaixo da média europeia.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — E a precariedade?!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Portanto, Sr. Deputado Paulo Raimundo, é exatamente por causa da rigidez do nosso mercado de trabalho que é esta a situação que temos atualmente.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — E aquilo que os senhores querem é manter tudo na mesma, ou pior, voltar para trás, que é aquilo que os senhores defendem e é daquilo que andam a tentar convencer as pessoas nos últimos meses — que mudar, trazer um bocadinho mais de flexibilidade, um bocadinho mais, é atentar contra as pessoas. E isso é que é manifestamente mentira.

Há aqui uma questão que eu gostava de lhe colocar. O modelo que a Iniciativa Liberal defende, de maior flexibilidade, é o modelo utilizado nos países mais ricos da União Europeia, países como a Dinamarca, países como a Holanda,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — A Suíça…

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — … por aí afora.

Protestos do L e contraprotestos da IL.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Não é verdade!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É, é!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Pergunto-lhe: onde é que encontramos o modelo de mercado de trabalho que o PCP defende?

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

E quais são os valores de desemprego e de precariedade nesses países? Diga-nos lá!

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, há três pedidos de esclarecimento dirigidos ao Sr. Deputado Paulo Raimundo e não a outro Deputado, pelo que temos de ter condições para ouvir agora os esclarecimentos que o Sr. Deputado vai dar.

Sr. Deputado Paulo Raimundo, tem 3 minutos para o efeito, e pedia à Câmara que ouvisse a resposta aos pedidos de esclarecimento.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, agradeço as questões e diria que estava a contar, mais ou menos, com todas elas.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Com a do Chega, não!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Não dessa forma tão… Dessa forma tão…

Protestos do CH.

Utilizei a tática do Sr. Deputado Hugo Soares, para antecipar.

Mas eu, desculpem, não vou seguir a ordem dos pedidos.

Sr. Deputado André Ventura, olhe que é preciso uma grande lata. Peço desculpa e, com todo o respeito, é preciso uma grande lata! Eu sei que o seu partido está um bocadinho entalado,…

Risos e protestos do CH.

… porque quer continuar a enganar os trabalhadores e, ao mesmo tempo, sabe bem quem serve. Portanto, está um bocadinho entalado.

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Os trabalhadores sabem quem os representa!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — E está tão entalado… É um partido, volto a dizer — desculpe a ousadia — , das cambalhotas. É que o Sr. Deputado André Ventura não tem feito outra coisa senão dar cambalhotas.

O Sr. Deputado vem aqui, peito feito, e vem dizer: «Porque não sei quê, porque não falaram das reformas, nem dos dias de férias e do trabalho por turnos!»

Protestos do Deputado do CH André Ventura.

Ó Sr. Deputado, quer que eu lhe relembre o que é que aconteceu nesta Câmara, quando apresentámos o nosso projeto de 40 anos de descontos, 40 anos de trabalho, acesso à reforma sem nenhuma penalização? Quer que eu lhe relembre como é que o Sr. Deputado votou?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quando?! Quando?!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Quer que lhe relembre o que é que se passou nesta Câmara quando trouxemos o nosso projeto de reposição dos 25 dias de férias que tinham sido cortados na altura da troica?

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vocês é que nunca votam a favor! Tenha vergonha!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Quer que lhe relembre como é que o Sr. Deputado votou? Quer mesmo que lhe relembre?! Olhe, vai-se ver as atas!

Protestos do CH e do CDS-PP.

Sr. Deputado, grande lata! Sr. Deputado, quando andava todo contente, bandeirinhas do PSD na mão,…

Protestos do Deputado do CH André Ventura.

… a cortar salários, a cortar direitos, a cortar pensões, era uma alegria. E agora vem com essa fanfarronice toda?

Sr. Deputado, não venha dar lições. Com todo o respeito, não lhe tolero lições desse ponto de vista!

Protestos do CH.

Já para não falar das inverdades, já para não falar da demagogia e para não falar da mentira. Portanto, Sr. Deputado, muito obrigado pela pergunta, levou a resposta mais ou menos à dimensão daquilo que precisava.

Protestos do CH.

Sr.ª Deputada Mariana Leitão, a Sr.ª Deputada conseguiu fazer aquilo que eu já sabia que ia fazer. Sabe o que foi? Sabe o que foi?

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Diga lá!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Vou dizer-lhe: a Sr.ª Deputada fez uma referência ao estudo da OCDE, mas não disse nada no concreto.

Vozes da IL: — Disse!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Diga-me lá, Sr.ª Deputada, três aspetos da nossa lei…

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Digo, digo!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — … que a tornem a mais rígida da Europa. Diga-me lá três!

Não tem três. Sabe porque é que não tem três? Porque só há um elemento que é mais rígido do que no resto da Europa. Sabe qual é?

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Qual?

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É a nossa Constituição!

Risos da IL.

É a nossa Constituição, que proíbe os despedimentos sem justa causa, que é a causa funda daquilo a que se chama rigidez no local de trabalho.

Portanto, Sr.ª Deputada, com todo o respeito, vá ao concreto, não fique nas narrativas.

Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Qual é o país?!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Deputado Paulo Núncio, é sempre um gosto debater consigo, porque o Sr. Deputado, de facto, está obcecado. Eu estava aqui a contar quando é que ia vir a União Soviética. Pumba! Lá apareceu a União Soviética!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Deputado, isso faz-lhe mal ao fígado. Isso faz-lhe mal ao fígado!

Aplausos do PCP.

Protestos do CH, da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É o estalinismo!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, são feitos pedidos de esclarecimento, mas depois não se dão condições a quem tem de esclarecer para poder esclarecer. O que está a acontecer e acontece não são apartes, são tentativas de interrupção do orador. Eu, como Presidente, tenho o cuidado para não interromper o orador, porque isso corta, digamos, a lógica do raciocínio, mas torna-se impossível ouvir o esclarecimento que foi pedido. Portanto, quando não querem que o orador esclareça, mais vale não fazer o pedido de esclarecimento, porque senão torna-se impossível. E eu não gosto, nem posso, nem devo estar a interromper a linha de um pensamento, que sei que é desagradável, mas assim isto é inaudível.

Portanto, pedia que os Srs. Deputados e as Sr.as Deputadas que fazem os pedidos de esclarecimento, depois, ouçam o esclarecimento, que, com certeza, não vai no mesmo sentido politicamente daquele que faz o respetivo pedido. Portanto, vamos atuar com as regras normais.

O Sr. Deputado André Ventura pede a palavra para que efeito?

O Sr. **André Ventura** (CH): — É para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, após a intervenção do Deputado Paulo Raimundo, que fez referência a um projeto de lei que terá sido apresentado pelo PCP nesta Casa, quando eu era Deputado único, em 2019 — que é o Projeto de Lei n. º19/XIV/1.ª, a que o PCP se refere, pelos 40 anos de descontos…

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Não, não!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É o único! Não invente, Sr. Deputado! É o único.

Eu só quero dar aqui uma informação, e vamos submeter à Mesa para poder distribuir, que é isto…

O Sr. **Presidente**: — O que é que pretende submeter à Mesa?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Queria pedir à Mesa que distribua um projeto de lei que foi submetido, de facto, pela CDU (Coligação Democrática Unitária)…

O Sr. **Presidente**: — Sim…

O Sr. **André Ventura** (CH): — … e que nunca foi votado, porque caducou, repito, porque caducou! Portanto, o Sr. Deputado não pode saber o meu sentido de voto, porque o projeto que eles apresentaram caducou.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O PCP é tão mau, que nem se lembra…

O Sr. **Presidente**: — Muito bem…

O Sr. **André Ventura** (CH): — … dos seus próprios projetos. Dos seus próprios projetos! É preciso não ter mesmo memória!

Aplausos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tens de ir ver!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Paulo Raimundo pede a palavra também para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pede desculpa!

O Sr. **Presidente**: — É para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, muito obrigado. É para o mesmo efeito…

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito?

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Para poder fazer chegar ao Sr. Presidente e para fazer distribuir pelos grupos parlamentares todas as votações sobre esta matéria…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ah, todas!…

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — … e como é que se posicionou em cada uma delas.

Protestos do CH e contraprotestos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está feito o pedido de fazer chegar à Mesa os respetivos diplomas para serem distribuídos. Serão distribuídos e depois, em função dessa distribuição, terão até a hipótese, nas intervenções, de poder clarificar mais qualquer coisa.

Temos agora sete pedidos de esclarecimento ao Governo, que vai responder a dois blocos de dois e a um bloco de três. Portanto, para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Barbosa, do PSD, dispondo de 2 minutos.

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Sr.as e Srs. Deputados, tem sido dita muita mentira no espaço público sobre a reforma laboral, com a clara intenção de enganar os portugueses.

Senão, vejamos: sobre o aumento dos contratos a termo, Sr. Secretário de Estado, um contrato de três anos não é melhor do que um contrato de dois anos? Um contrato de cinco anos não é melhor do que um contrato de quatro anos?

Risos do PCP e do Deputado do PS Miguel Cabrita.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — E 20 anos?!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — E o que dizer sobre as mentiras do *outsourcing*? Sr. Secretário de Estado, é bom que a Câmara e o País saibam a grande hipocrisia da esquerda. Hoje em dia, se houver *outsourcing* com violação da lei, os trabalhadores não são readmitidos. A única consequência é o pagamento de uma multa, mas

são despedidos legalmente na mesma. É questão de ler a lei que está em vigor, Srs. Deputados, e não se basearem em mentiras.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Esta é a realidade em Portugal que a esquerda esconde. Vejam o artigo 338.º-A do Código do Trabalho.

Sobre o banco de horas, a geringonça defende, e bem, que há uma posição suprema do empregador, e é verdade. Mas preferem manter a situação atual, em que essa prevalência existe informalmente, em vez de regular e colocar regras para evitar abusos?

Pelos vistos, a esquerda, hoje, prefere que o trabalhador fique sujeito à vontade unilateral do empregador. O Governo quer combater isto e promover a vida pessoal do trabalhador, com mais tempo para si, para a sua família, para os seus amigos, para o seu lazer, e também com maior remuneração, como disse o Sr. Secretário de Estado.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

E sobre o longo período experimental de seis meses que afeta os jovens e desempregados com mais de um ano? São seis meses no caso de contrato por tempo indeterminado, como acontece hoje, findos os quais pode haver despedimentos sem compensações. Sr. Secretário de Estado, o Governo quer ou não acabar com isto?

É bom que a Câmara recorde que foi o PS que criou os contratos a termo,…

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Muito bem! É verdade!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — … sem condições, genéricos, para toda a gente, com o argumento de que na altura aumentavam o emprego. E foi o Prof. Cavaco Silva e o PSD que os condicionaram, que os tipificaram, como estão até aos dias de hoje.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — E os recibos verdes!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Muitas e mais mentiras são ditas sobre o pacote laboral, mas a mentira da esquerda não passará. Portanto, Portugal, com esta reforma, dará um passo importante para o aumento dos salários e da competitividade das empresas.

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem agora a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado, diz o Governo que o pacote laboral é favorável para os jovens, mas, para lá da proclamação vazia, não foi capaz de dizer uma única medida concreta que contribui para melhorar a vida dos jovens — uma medida!

Não foi capaz, porque não há; porque, lá no fundo, sabe que o que está a propor é prejudicial para os trabalhadores e para os jovens.

Quando diz que apresenta a proposta do pacote laboral a pensar nos jovens, está a pensar no quê? No estímulo à precariedade, com o aumento do contrato a termo certo e a termo incerto? Nos recibos verdes, condenando os jovens à precariedade para toda a sua vida trabalho?

Ou estará a pensar na possibilidade do recurso ao *outsourcing*, mesmo após um processo de despedimento, podendo, no limite, contratar o trabalhador que foi despedido para a mesma função, mas com menos direitos?

Ou estará a pensar na legalização do despedimento sem justa causa, não sendo a empresa obrigada a reintegrar o trabalhador, mesmo que o tribunal dê razão ao trabalhador?

Mantém uma política de baixos salários, quando a maioria dos jovens no nosso País aufere um salário de até 1000 €. Quase 4 em 10 jovens até 30 anos têm o seu vínculo precário e o desemprego jovem é de quase 20 %. É isto que considera que é favorável para os jovens trabalhadores?

Pois, é isto que está a propor e a agravar. Não é a proteção dos jovens trabalhadores, nem o reforço dos seus direitos, nem a erradicação da precariedade que aqui está a ser proposto. A precariedade no trabalho é a precariedade na vida. É não saber como será o dia de amanhã. É não ter condições para organizar e planear a sua vida. É a instabilidade permanente. E é a isto que o Governo está a condenar a juventude. O Governo é o responsável por uma proposta que compromete e nega uma perspetiva de futuro aos jovens, empurrando-os para a pobreza ou para a emigração forçada.

O pacote laboral é um ataque a todos os trabalhadores, mas os jovens, os que hoje já trabalham e os que ainda não trabalham, são os mais prejudicados por esta tentativa retrógrada de voltar a um passado de arbitrariedade que é inaceitável e que é preciso derrotar.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder a este conjunto de pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado, dispondo de 3 minutos.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — Sr. Presidente, irei então esclarecer. Penso que temos dois temas comuns e começarei pelos jovens, pela Sr.ª Deputada Paula Santos, do Partido Comunista. Pediu-me um exemplo e, se a Câmara me permite, vou dar-lhe dois.

O primeiro é o de acabar com os falsos contratos sem termo,…

Vozes do PSD: — Isso!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — … que são contratos sem termo, que têm um período experimental de seis meses, que permitem despedir o jovem sem qualquer indemnização. É preciso acabar com esse escândalo. Para conseguir melhorar as estatísticas dos contratos sem termo, criou-se um falso contrato sem termo. É preciso revogar essa medida. E, Sr.ª Deputada, quem irá beneficiar serão os jovens.

O segundo exemplo é o de aumentar a duração mínima dos contratos a termo. É passar de meio ano para um ano. É para que o jovem tenha a sua primeira oportunidade com o mínimo de um ano.

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

Posso dar-lhe mais. A Sr.ª Deputada pediu um, dei-lhe o dobro.

Relativamente à reintegração, aproveito para repetir e aconselhar a Câmara para que seja distribuída uma versão com as regras que estão em vigor e o que se pretende revogar e alterar, porque, efetivamente, há grande desconhecimento do que está em cima da mesa.

A Sr.ª Deputada referiu que mesmo que o tribunal decida o contrário, o trabalhador não é reintegrado. É falso, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Felicidade Vital** (CH): — É falso?!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — Isso nunca esteve em cima da mesa. O que consta expressamente no projeto é que tem de ser o juiz a decidir a não-reintegração.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Ah! Não é o trabalhador!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — É o juiz que tem de decidir. Todos os trabalhadores que não tenham uma decisão de não-reintegração têm de ser reintegrados. É preciso é ler o diploma e eu apelo para que haja o tempo necessário para a devida leitura.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Passou um ano!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — É o que está disponível.

Sr. Deputado Joaquim Barbosa, é como referiu: os jovens essencialmente ganharão se tiverem uma primeira oportunidade mais longa, principalmente os jovens que seguem uma carreira técnica. O ensino secundário não é, em si, suficiente para preparar para o trabalho. É importante que, nesses casos, se administre uma promessa do Governo, que é o ensino pós-secundário.

Quanto àqueles que ingressam imediatamente no mercado de trabalho, era importantíssimo que a duração do contrato inicial fosse mais longa. Daí que três anos de duração máxima e um ano de duração mínima é muito melhor para os jovens que ingressam diretamente, a seguir ao 12.º ano, no mercado de trabalho e seguem uma carreira técnica. Com essa formação inicial, com o pleno emprego que temos hoje em dia, se o jovem teve o azar de ser contratado por uma empresa que não evoluiu o suficiente, ele será imediatamente contratado por outra empresa, porque está devidamente formado para o mercado de trabalho.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, para um pedido de esclarecimento.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Caros Membros do Governo, Sr. Secretário de Estado, tenho o maior prazer em estar a falar consigo, mas acho inacreditável a Sr.ª Ministra do Trabalho não estar neste debate a defender o seu pacote laboral. Acho muito estranho.

Protestos do PSD.

Sobre as 81 páginas desta proposta de lei, temos muito a dizer, mas, neste pedido de esclarecimento, quero focar-me nos direitos das crianças e nos direitos das famílias. A Sr.ª Ministra tem vindo a dizer que o Trabalho XXI é bom para as famílias. Quero perguntar: onde, Sr. Secretário de Estado?

Vai dizer-me que alarga a licença parental, mas não alarga a licença parental. O que faz é manter os seis meses de licença parental que hoje existem e aumentar o valor que é pago pela licença parental — mas não alarga o tempo que as mães e os pais podem ficar com os seus filhos. É bom aumentar o valor, mas o tempo é muito importante neste século XXI. Aumentar o tempo de licença parental, isso sim, é uma verdadeira política do século XXI.

Esta política do Governo não está a seguir as recomendações da Organização Mundial da Saúde relativamente à amamentação exclusiva.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Não sabem ler!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Se a mãe tem de voltar ao trabalho depois de quatro ou cinco meses, como é que cumpre as condições que a Organização Mundial da Saúde recomenda, se quiser cumprir os seis meses de amamentação?

Vai dizer-me que a licença partilhada também é muito importante para garantir a igualdade plena de homens e mulheres, entre pais e mães. É verdade, nós concordamos, é preciso que pais e mães tirem o mesmo tempo de licença, mas isso não se faz à custa da licença das mães. Faz-se, realisticamente, aumentando o tempo de licença e garantindo mais tempo para pais e para mães. Por isso é que o primeiro ano de vida é tão essencial.

Depois, a diabolização da amamentação. Num País onde tantas mulheres são discriminadas por serem mães, a Sr.ª Ministra vem limitar o direito à dispensa, como se isso fosse um problema real. Rouba tempo às famílias, rouba tempo às crianças e aumenta o estigma em relação às mulheres.

Uma verdadeira política do século XXI seria garantir a dispensa e a redução do horário de trabalho para todos os pais, para todas as mães, independentemente de as crianças serem amamentadas ou não nos seus primeiros anos de vida.

Protestos da Deputada do PSD Isaura Morais.

Depois, tudo o resto: contratos a termo, bancos de horas, imprevisibilidade, precariedade. Onde é que isto ajuda as famílias e como é que se espera melhorar a competitividade do País à custa da vida dos trabalhadores, das suas famílias e das suas crianças?

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Felicidade Vital, do Chega, para um pedido de esclarecimento.

A Sr.ª **Felicidade Vital** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado, o Governo, em todo este processo de reforma laboral, foi, de facto, um elefante dentro de uma loja de porcelana. Apresentou um anteprojeto sem ouvir devidamente quem trabalha, quem cria emprego, e nem mesmo o País real ouviu!

Protestos do Deputado do PSD Ricardo Carvalho.

Depois, passou nove meses agarrado à concertação social, dando aos sindicatos uma importância que eles já não têm.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora!

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

A Sr.ª **Felicidade Vital** (CH): — A resposta foi uma greve geral em plenas negociações e, no fim, os sindicatos bateram-vos com a porta na cara e marcaram outra greve. Portanto, um verdadeiro falhanço político.

Hoje venho falar-lhe de dois assuntos em particular. O primeiro é a amamentação.

Com a natalidade a descer, com os jovens a sair do País porque não conseguem ter habitação nem salários que lhes permitam constituir as suas famílias, os senhores consideram que o caminho é atacar as poucas jovens que ficam e que resolvem ter filhos, atacando-as nos seus direitos no local de trabalho e atacando o tempo que têm para estar com os seus filhos?

Aplausos do CH.

Outra questão que gostava de lhe colocar, Sr. Secretário de Estado, é a questão das férias. Este Governo insistiu, e bem, em acabar com algumas restrições impostas no tempo da troica. Pergunto então se está também disposto a acabar com as restrições impostas aos dias de férias,…

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Está, está…!

A Sr.ª **Felicidade Vital** (CH): — … porque estes também foram reduzidos no tempo da troica e é de toda a justiça que sejam repostos, pois é quem trabalha que devemos compensar e não quem nada faz e quem vive à custa de subsídios.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário de Estado, tem a palavra, para responder.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — Sr. Presidente, como as Sr.as Deputadas coincidiram nos temas, penso que posso dar respostas em conjunto.

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — À falta de mais…!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — Sobre a primeira questão, é preciso ficar claro que o Governo não vai aprovar a proposta de lei; quem vai aprovar são VV Ex.as.

Vozes do PSD: — Claro!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Vamos?!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — Cabe ao Parlamento. Foi uma falha de ambas que eu tenho de corrigir. Cabe ao Parlamento, e as Sr.as Deputadas e os respetivos grupos parlamentares têm agora a oportunidade de fazer as melhorias que entenderem adequadas, porque a maioria está aqui no Parlamento. É necessário ler, como já sugeri algumas vezes, para que não se continue a elaborar em erro e, nesse sentido, melhorar.

Relativamente à amamentação, foi referido aqui duas vezes, por ambas, o prazo dos seis meses. Não é verdade que a mãe regresse ao fim de seis meses, porque o direito prolonga-se muito para além desse tempo.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Ninguém consegue aguentar 25 %!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — A outra questão dos seis meses que o Governo propôs ao Parlamento é: a partir da idade de 1 ano, a mãe tem de apresentar atestados médicos mês a mês.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Seis meses!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — O Governo veio dizer que passaria para de seis em seis meses. Em vez de ir 12 vezes ao médico, vai 2 vezes.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Uau!…

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — Isto foi fortemente contestado.

VV Ex.as melhorarão como entenderem, de acordo com a métrica matemática que acharem mais adequada. Não é ciência, esta matéria. Fica ao vosso critério se a mãe deve ir ao médico 2 ou 12 vezes no ano. Esse é o tema.

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — Relativamente à proposta, foi referido que tem 81 páginas. Como já disse, Sr.as Deputadas, claramente, as 81 páginas não esclarecem o leitor. Do que lá está, quem desconheça a matéria ou não tenha formação de direito, não atinge o que se está lá a pretender. É necessário que leiam a versão da lei atual e vejam o que estamos a repor.

No que diz respeito à amamentação, hoje em dia, pai e mãe podem ficar durante um ano. A partir desse momento, se houver amamentação, o que o Governo veio propor que os Srs. Deputados analisem é que os atestados médicos sejam de meio em meio ano. Serão apresentados dois para que se atinja o que está proposto aos Srs. Deputados, que é a definição de dois anos em termos de tempo.

De modo algum a legislação laboral se está a imiscuir na amamentação. A amamentação é uma questão médica, dos pediatras. Nós estamos aqui a discutir é o tempo de dispensa.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sim!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — Para isso, Sr.as Deputadas, analisem o artigo 56.º, da jornada contínua, e vejam os méritos que daí advêm. É um direito que hoje em dia só existe para os funcionários públicos. Nós queremos estendê-lo a todos os trabalhadores.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — Cabe agora a VV. Ex.as a decisão.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Cabrita, do Partido Socialista, para pedir esclarecimentos.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Sr. Secretário de Estado, agradeço-lhe a intervenção.

Referiu indicadores sobre os jovens, que estão a melhorar no desemprego. Esqueceu-se de referir o da precariedade, que também está a melhorar. Sei que esse não o preocupa tanto.

Referiu também alguns exemplos de negociação coletiva, alegadamente contendo bancos de horas, o que quer dizer que o instrumento já existe.

Sr. Secretário de Estado, se isto funciona, se os indicadores melhoram, se os instrumentos existem, para quê este radicalismo, esta insistência em fazer recuar direitos? Para quê, Sr. Secretário de Estado?

Aplausos do PS.

Protestos da IL.

Mais, Sr. Secretário de Estado: os senhores foram eleitos com base neste programa.

O orador exibiu o Programa Eleitoral da AD para as legislativas de 2025.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Outra vez?!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Eu gostava de lhe perguntar onde é que está aqui escrito «mais contratos a termo para os jovens»? Onde é que está escrito «banco de horas individual»? Onde é que está escrito «despedimentos mais fáceis»? Onde é que está escrito «*outsourcing* logo após despedimento coletivo»?

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

Onde é que está escrito «prejudicar as mães que amamentam» e tantas outras coisas?

Depois disso, podemos ter um debate sério.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado, os dados conhecidos da enormíssima desregulação e intensificação dos ritmos de trabalho são hoje já muito inquietantes.

Mais de 2 milhões e 700 mil trabalhadores por conta de outrem, no setor privado e no setor empresarial do Estado, estão sujeitos à desregulação dos horários de trabalho. Estão submetidos a regimes

extraordinariamente desgastantes das condições físicas e emocionais, e profundamente penalizadores da vida pessoal e familiar, em adaptabilidade, bancos de horas, isenção do horário de trabalho, horários concentrados. Há 45 % de assalariados que têm horários atípicos. Só cerca de 700 000 trabalhadores, por enquanto, têm horário regular, e a tendência é para baixar.

Enfim, são centenas de milhares de famílias, milhões de pessoas afetadas pelo roubo de vida para viver — crianças que só espaçadamente veem os pais juntos; casais que se encontram apenas amiúde; avós sobrecarregados com a guarda dos netos e sem o prazer do verdadeiro convívio familiar.

Sr. Secretário de Estado, com o pacote laboral amplamente rejeitado, mas que o Governo teimou em entregar-nos, pergunto-lhe em quantas vezes pretende multiplicar esta realidade tão dura para as crianças, para os trabalhadores, para as suas famílias, e tão prejudicial para uma sociedade justa.

É que a situação tem mesmo de ser revertida, como o PCP tem defendido, com propostas concretas e sucessivas. A ameaça brutal de agravamento dessas condições vai continuar a ser combatida com todas as forças. Disso, darão prova os trabalhadores, no próximo dia 3 de junho.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para o último pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado, Sr. Ministro, os portugueses já fazem contas ao cêntimo antes de chegarem à caixa do supermercado ou à bomba de gasolina. Os alimentos sobem, o combustível sobe, arranjar casa própria tornou-se um verdadeiro luxo. Esta é a vida real do lado de lá desta Sala.

O que é que o Governo faz? Anuncia muito. Anunciou até, com pompa e circunstância, o imposto sobre os lucros extraordinários, lucros que toda a gente vê engordar, mas que o Governo ainda não arranjou forma de taxar. Prometeu um imposto e tem-se esquecido apenas de um pormenor, que é trazê-lo à Assembleia da República para o votarmos. Ou seja, até ver, é um imposto-fantasma: assombra os discursos, mas não aparece no Parlamento para ver a luz do dia.

Agora, insiste num pacote laboral que faz uma verdadeira proeza: baixa salários para aproveitar — soubemos ontem pela voz do Primeiro-Ministro — o bom momento económico.

Bom momento? Mas de que bom momento é que fala o Governo? Da crise que a larga maioria dos portugueses estão a sentir, que têm dificuldade em pagar bens básicos, que têm dificuldade em atestar o combustível? O bom momento económico é para quem?

Repare, isto é mais ou menos a seguinte fotografia. Quer dizer ao comum dos portugueses que passa dificuldades para olhar para os lucros da Galp, da EDP (Energias de Portugal), da Sonae e dizer: «Já viste que sorte que tens, com os lucros extraordinários que estas empresas têm? Que sucesso para a economia portuguesa!»

Protestos da Deputada do PSD Helga Correia.

Ou seja, o que o Governo acha mesmo, e era isso que era importante que o Sr. Secretário de Estado esclarecesse, é que quer vender o trabalho dos portugueses como mão de obra barata. É isto que quer dizer, porque apresenta um pacote laboral que puxa os salários para baixo e diz que isto se deve enquadrar no crescimento da economia. O que é que isto significa? Em Portugal, investe-se para ter mão de obra barata. Isso é errado!

Depois, peço ao Sr. Secretário de Estado e ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares que se dignem finalmente a anunciar a esta Câmara quando é que vão trazer o imposto sobre os lucros extraordinários que há semanas anunciam, mas do qual até hoje não se conhece uma linha da letra de lei.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado para responder. Faça favor.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, efetivamente é boa estratégia apresentarem propostas concretas, como foi anunciado pelo Sr. Deputado do Partido Comunista, Alfredo Maia. Nessas três intervenções não há nada de concreto, mas terá agora a oportunidade.

O documento está aqui na Assembleia, os partidos podem apresentar propostas concretas, porque até agora não temos visto nada. O que temos visto é que, ao fim de oito anos de geringonça, se herdou um país a caminho da miséria.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Claro! É sempre bom lembrar isso!

Vozes do CH: — Claro!

Risos do PS.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — Efetivamente, como o Sr. Deputado Miguel Cabrita disse, tínhamos 850 000 jovens no estrangeiro. A única saída que foi dada aos jovens, no momento em que reduziram o contrato a prazo de três para dois anos, foi o aumento drástico das taxas de desemprego. Vocês têm de analisar…

Protestos do PS.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O recorde de emigração foi mesmo com o PSD!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — Como dizia, VV. Ex.as têm de analisar o diploma na proposta de aumento do contrato a termo e, com certeza, irão concluir que um jovem ter uma primeira oportunidade mais longa vai solidificar os seus conhecimentos e o jovem vai ficar em Portugal.

Quando permitem este quadro legal de contratos a prazo a seis meses, o que estão é a condenar o jovem à emigração, como fizeram durante oito anos consecutivos.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — A emigração diminuiu para metade! Devia saber esse valor!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — Ao fim de seis meses, os jovens não têm saída, não têm experiência, o mercado tem dificuldade em recrutá-los. Daí termos a certeza de que VV. Ex.as irão analisar com cuidado a proposta, irão percecionar e concluir que aumentar a duração mínima de seis para um ano é uma boa medida, que prolongar de dois para três anos é ótimo para os nossos jovens. Isso vai ser ajudar os jovens.

Aplausos do PSD.

Protesto de Deputados do PS, do PCP e do L.

Relativamente a afirmações bombásticas de baixa de salários, é como já repeti várias vezes: o projeto tem um objetivo final, valorizar os salários. Baixar os salários é aquele exemplo que li no contrato coletivo do sindicato da CGTP,…

Risos de Deputados do PSD.

… que subscreveu valorizar o banco de horas pelos mínimos.

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Essa é boa!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — A proposta do Governo é aumentar esse valor. VV. Ex.as não encontram uma única referência…

O Deputado do PS Miguel Cabrita exibiu um documento intitulado «Portugal não pode parar».

… concreta que possam relacionar com manutenção ou redução de salários. Encontram, sim, o contrário, valorização salarial — 1100 € em 2029 — e, Srs. Deputados, os portugueses sabem que é um dado adquirido. Mas os portugueses querem mais, querem ir mais longe e, para isso, precisam da ajuda do Parlamento.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias pretende usar da palavra. Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para distribuir o programa da AD!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, é para fazer uma interpelação à Mesa, no sentido de pedir a distribuição do Observatório da Emigração.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso é para acabar!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Em 2012, emigraram 121 000 portugueses; em 2021, 65 000. Durante os governos do Partido Socialista, a emigração anual baixou para metade do período anterior.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Quando puder fazer chegar, será distribuído, Sr. Deputado.

Ora bem, vou anunciar à Câmara quem está a assistir, aqui nas galerias, ao nosso Plenário, que está cheio: cidadãos do município de Cantanhede, acompanhados da Sr.ª Presidente da Câmara; alunos e professores do agrupamento de escolas José Estevão, de Aveiro; alunos e professores do agrupamento de escolas de Montemor-o-Novo; alunos e professores da escola básica D. Pedro Varela, do Montijo; alunos e professores do agrupamento de escolas Augusto Cabrita, do Barreiro; alunos e professores da Escola Superior de Comunicação de Lisboa; alunos e professores do agrupamento de escolas de Colos, Odemira; e um grupo de cidadãos da JSD de Leiria.

Estão presentes nas diversas galerias, a assistir aos nossos trabalhos.

Aplausos gerais.

Feito este momento de descompressão, vou dar a palavra à Sr.ª Deputada Isaura Morais, do PSD, para uma intervenção.

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados: O mercado de trabalho português vive hoje momentos ímpares — desemprego em mínimos; emprego em máximos; salário médio a descolar do salário mínimo; e uma necessidade de recrutar trabalhadores acima da possibilidade que o País tem para oferecer.

Protestos da Deputada do PS Susana Correia.

Mas a carga fiscal total sobre os rendimentos do trabalho baixou, em Portugal, em 2025, pela segunda vez consecutiva, uma decisão deste Governo que inverte as políticas do Governo do PS.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — No entanto, a herança que o Partido Socialista nos deixou, fruto das políticas apoiadas pelo PCP — a quem só falta vir hoje, neste debate, defender o mercado de trabalho da antiga União Soviética,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ora!

Vozes do CH: — Oh!

Protestos do PS.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — A sério?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Defendam o Partido Comunista, defendam! Parece o Chega a falar!

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — … seu baluarte das políticas públicas do passado para o futuro —, deixou marcas fortes. O salário médio em Portugal é 35 % abaixo da média europeia. O nível de produtividade de Portugal é 28 % abaixo da União Europeia. Portugal é dos países da Europa com a legislação laboral mais rígida.

Protestos do Deputado do PS Miguel Cabrita.

Temos 96 % das empresas portuguesas como microempresas, o que, por si só, dificulta o aumento dos salários e aumenta o risco de investimento.

O desemprego jovem é três vezes superior à taxa legal do desemprego, o que demonstra que a geração mais nova tem dificuldade em entrar no mercado laboral.

Emigração em massa dos jovens que procuram oportunidades de emprego e melhores salários noutros países; diferença salarial entre homens e mulheres — que ultrapassa os 14 % —; e nível de literacia digital e de investimento das empresas portuguesas muito abaixo da média europeia: é este o diagnóstico que aqui fazemos e é daqui que partimos para a revisão laboral.

O Governo da AD tem muito trabalho pela frente e enfrenta este desafio como uma prioridade. Não basta estarmos em níveis de emprego pleno, é preciso pagar ordenados que permitam às pessoas viverem bem…

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Então porque é que não pagam?!

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — … e às empresas contratarem, sem receio do dia de amanhã.

Precarizaram-se os jovens, que, na Agenda do Trabalho Digno do Partido Socialista, passaram a ser dispensados durante um período experimental alargado, somente por serem jovens.

Protestos do PS.

E a pergunta que faço é se é este o caminho que o Partido Socialista e o PCP continuam a defender para os jovens.

Para o PS: saibam ao que vimos. Precarização não é não ter trabalho, é receber menos por ser mulher. Sim, precarização é receber menos por ser mulher;…

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — E vai daí…!

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — … é não ter trabalho; é não ter a possibilidade de lutar pelos seus sonhos num país e ter de emigrar, fazendo de Portugal um país ponta de lança de produção de jovens com altas qualificações para a emigração.

Não aceitamos a instrumentalização deste Parlamento para promover as lutas de rua e as greves promovidas pelo braço armado do PCP.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Braço armado?!

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Reduziram-se nas urnas, veem-se agora forçados a voltar à rua para fazer o que não fizeram no Governo da geringonça.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do PS e do PCP.

Mas aceitamos, com gosto, este convite para o debate em que discutimos as verdadeiras questões que preocupam os portugueses: porque é que os salários não crescem e porque é que não aumenta a competitividade.

O Governo assinou, com os parceiros sociais, o Acordo Tripartido sobre Valorização Salarial e Crescimento Económico para 2025-2028, com um objetivo claro: melhorar o rendimento das pessoas. E neste acordo foi deliberado fazer a revisão da legislação laboral para permitir a aproximação à média europeia em muitos parâmetros.

O Governo quer dar prioridade ao mercado laboral e melhorar a vida dos trabalhadores, tal como fez com os trabalhadores da Administração Pública, que tratou com justiça, ao assinar 39 acordos de valorização salarial em diferentes carreiras.

Protestos do CH.

Sabem bem ao que me refiro. Refiro-me aos professores, os que o PS deixou na rua; às forças de segurança que o PS desprezou; aos oficiais de justiça, entre tantos outros.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

Portugal tem um caminho a seguir e nós sabemos qual é. Queremos um mercado de trabalho dinâmico, com bons vencimentos e com empresas competitivas — que a cegueira ideológica de alguns não impeça os portugueses de terem uma vida melhor.

Os portugueses votaram neste Governo para exigir mudança, melhores rendimentos e um país com esperança. São os portugueses que vão julgar quem os impedir de alcançar o sonho de uma vida melhor.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada tem dois pedidos de esclarecimento, que responderá em conjunto. Tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP. Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, o Paulo Raimundo já está em greve!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada, da parte do PSD — e mais uma vez —, estão mais preocupados em atacar o PCP e obcecados,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Com o Estalinismo!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … até, com realidades que já não existem,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A União Soviética!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … do que em discutir os problemas reais com que os trabalhadores são confrontados.

Creio que isso diz muito, porque vos incomoda, porque sabem que aquilo que estão aqui a propor é atacar e retirar direitos a quem trabalha.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Três gatos pingados!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Também não surpreende, vindo de onde vem, porque estamos a falar de um partido —…

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Está enganada!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … conjuntamente com o CDS, e de onde saíram também a Iniciativa Liberal e o Chega — que, na altura da troica, cortou salários, cortou pensões, até queria tirar o subsídio de férias e de Natal.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É verdade! É verdade!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — PS! PS!

Protestos do PSD.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — E só não aconteceu, porque a nossa Constituição o impediu.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Bem lembrado!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Creio que está feita a vossa apresentação.

Mas, Sr.ª Deputada, a ofensiva do Governo aos direitos dos trabalhadores é de tal ordem que querem travar e condicionar a sua organização e defesa dos seus direitos.

Mesmo quando os direitos dos trabalhadores estão a ser violados e desrespeitados, querem impedir que os trabalhadores tenham meios de resistir.

Toda a liberdade aos trabalhadores e ao povo, desde que aceitem baixos salários e os atropelos e indignidades; caso contrário, é preciso restringir e limitar a ação das suas estruturas representativas. Há que travar a luta organizada dos trabalhadores,…

Vozes do CH: — Ih!…

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … porque sabem como a força da luta é determinante para defender direitos e melhorar as condições de vida.

É por isso que o pacote laboral também retira direitos coletivos aos trabalhadores e ataca esses mesmos direitos ao retirá-los, com a facilitação da caducidade das convenções coletivas de trabalho. Veja-se: querem impedir o direito de reunião, intervenção e informação sindical nas empresas, para o fazer depender da autorização do patrão!

Querem atacar o direito à greve para limitar a força dos trabalhadores, para facilitar o ataque aos seus direitos…

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Muito bem! Bem lembrado!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … e aumentar a exploração, e para que o patronato possa apropriar-se, ainda mais, da riqueza que é criada pelos trabalhadores.

Não é de espantar, portanto, que seja o patronato quem aplaude esta proposta e para quem os senhores estão, de facto, a governar. Não estão a governar para os trabalhadores…

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Não é verdade!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … nem para o…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Armando Grave, do Chega, para um pedido de esclarecimento. Faça favor.

O Sr. **Armando Grave** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, este Governo, pelo menos há dois anos, não defendeu os trabalhadores.

A realidade que deixou não foi diferente disto: salários baixos, precariedade persistente, perda do poder de compra, e trabalhadores forçosamente empurrados para reformas cada vez mais tardias.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Armando Grave** (CH): — O Governo habituou-se a falar de direitos laborais, enquanto permitia que Portugal se tornasse um país onde se trabalha muito e se ganha pouco.

Relativamente ao código laboral, a Sr.ª Deputada entende que é através do *outsourcing* que se vai melhorar a vida dos trabalhadores? Entende?

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Olhem, juntem-se ali ao PCP! Morem juntos!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Pomos os 60 ali ao pé do PCP! Estão sempre na mesma!

O Sr. **Armando Grave** (CH): — Esta é uma questão que lhe quero fazer. Ou não entende que é um bar aberto à disposição dos empregadores?

Aplausos do CH.

Não entende que a descida da idade da reforma melhora a vida de todos os trabalhadores, dos trabalhadores que estão a sair para a reforma e daqueles que estão à procura de emprego? Não entende, também, que tudo isso melhora a economia?

Porque é que a proposta do Governo insiste em deixar de fora as horas extraordinárias e as horas suplementares, quando todo este processo é fundamental para assegurar a vida das famílias, a vida dos jovens e também — porque não — a vida daqueles que ainda estão a trabalhar e estão à beira da reforma?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, a Sr.ª Deputada Isaura Morais.

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Sr. Presidente, agradeço as questões colocadas pela Sr.ª Deputada Paula Santos e pelo Sr. Deputado Armando Grave.

Vou responder em conjunto, porque as questões colocadas podiam tê-lo sido por um ou por outro Sr. Deputado, pois vão dar precisamente ao mesmo lado.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Está enganada!

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — A questão que a Sr.ª Deputada Paula Santos me coloca não me surpreende de maneira nenhuma. Pergunta: «Porque é que estamos a atacar o PCP?»

Ninguém está a atacar o PCP, Sr.ª Deputada. O PCP é que pediu este debate, hoje,…

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Para defender os direitos dos trabalhadores!

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — … para discutir a preparação daquilo…

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Da greve!

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — … que os senhores têm pena de não ter feito quando fizeram parte do Governo da geringonça.

Agora voltam à rua novamente, com um discurso às vezes muito pouco claro para os portugueses, quando, inclusive, referem que o vosso braço armado, a CGTP, foi excluído das negociações.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Foi, foi!

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Sr.ª Deputada, vamos falar a verdade aos portugueses.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Autoexcluíram-se!

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Sabem bem que a CGTP é que se autoexcluiu, porque vocês não querem alterar nada.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Ó Sr.ª Deputada, vocês atiram-se à precariedade, mas precariedade são os salários baixos;…

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Os senhores querem-nos manter baixos!

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — … é o facto de as mulheres receberem menos 14 % do que os homens; são os jovens — e a quantidade de jovens! — com formação que tiveram de emigrar à procura de novas oportunidades.

Protestos dos Deputados do PCP Alfredo Maia e Paula Santos.

Ó Sr.ª Deputada, ó Sr. Deputado, isso é que é precariedade. É isso que queremos combater e é isso que este Governo está empenhado em fazer.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não respondeu!

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Eram iguais!

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — São muito modernos, do TikTok!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

A Sr.ª **Felicidade Vital** (CH): — Isso são falsos problemas!

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — É tudo igual!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Tudo igual não é!

A Sr.ª **Felicidade Vital** (CH): — Há muitas diferenças!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A alteração à legislação laboral toca em matérias centrais da vida de milhares de trabalhadores portugueses. Quando falamos de trabalho, falamos de dignidade, de estabilidade, de família e de futuro.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É o ChatGPT.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — O JPP olha para esta proposta com sentido de responsabilidade.

Há avanços que importa reconhecer. A proteção dos trabalhadores das plataformas digitais, o direito à desconexão e a preocupação com o impacto da inteligência artificial nas relações laborais são matérias que não podem ser ignoradas num mercado de trabalho cada vez mais instável e desumanizado.

Mas também não podemos aceitar que se faça uma reforma laboral apenas para cumprir diretivas europeias ou para apresentar números e estatísticas bonitas em Bruxelas, enquanto muitos trabalhadores continuam presos a salários baixos, horários desregulados e precariedade encapotada.

Portugal não pode continuar a ser um País onde trabalhar muito significa continuar pobre. É isso que demasiadas famílias sentem todos os dias.

Há jovens licenciados a recibos verdes durante anos. Há trabalhadores das plataformas digitais que vivem dependentes de algoritmos sem rosto. Há pais e mães que querem acompanhar os filhos, mas que vivem esmagados por horários incompatíveis com a sua vida familiar. Há um retrocesso no que diz respeito aos direitos das mães trabalhadoras e há trabalhadores deslocados nas regiões autónomas que continuam esquecidos das políticas nacionais, da mobilidade e do custo de vida. É aqui que o Estado tem de decidir de que lado está.

Entendo que modernizar a legislação laboral não pode significar flexibilizar sempre do lado do trabalhador. Modernizar tem de significar equilibrar relações de poder que, hoje, são profundamente desiguais. Por isso, valorizamos medidas como a obrigação de intervenção humana nas decisões automatizadas, porque nenhum trabalhador pode ser despedido ou penalizado apenas por um algoritmo.

Protestos do CH.

Mas não deixamos de alertar para riscos sérios: o aumento de mecanismos de adaptação e o banco de horas por acordo individual podem abrir portas a novas formas de pressão sobre trabalhadores mais vulneráveis — e sabemos bem que, muitas vezes, o acordo entre patrão e trabalhador não é um acordo entre pessoas iguais.

O País precisa de produtividade, sim, mas a produtividade não se constrói à custa da exaustão das pessoas. Constrói-se com salários dignos, estabilidade, formação e respeito pelo trabalhador.

Entendo que devemos defender uma economia que sirva as pessoas e não as pessoas ao serviço exclusivo da economia, porque o trabalho não é apenas um fator de produção. O trabalho é vida. E quem trabalha merece respeito, proteção e esperança no futuro.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nem uma palminha!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Nem uma palminha?!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Cabrita, do Partido Socialista, para uma intervenção. Faça favor.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Governo, depois de ter tentado pressionar os sindicatos, continua a querer impor aos jovens, aos trabalhadores e às famílias uma contrarreforma laboral que escondeu de todos e que não tem nem legitimidade política nem fundamentos para avançar.

Não é por acaso que os sindicatos rejeitaram esta contrarreforma e não é por acaso que a esmagadora maioria dos portugueses a rejeita. É que só vem piorar as perspetivas de vida, de carreira e de conciliação com a família. As pessoas percebem bem o que está em causa. O Governo é que finge não perceber.

Mas vamos por partes. O Governo e a velha AD não tinham legitimidade para, apenas três meses depois de eleições, lançar esta ofensiva laboral. Insistem que estas medidas estavam no programa eleitoral, mas nem no programa da AD, nem na campanha, nem em momento nenhum o Governo insinuou, sequer, o que aí vinha. Só frases genéricas, era impossível antecipar a profundidade e gravidade dos recuos que estavam na manga. No programa e na campanha nunca falaram de mais precariedade, de mais contratos a prazo para os jovens. Nunca falaram de despedimentos mais fáceis e sem reintegração.

Protestos do Deputado do PSD Ricardo Carvalho.

Nunca falaram em banco de horas individual. Nunca falaram em desproteger as mães que amamentam nem pais e mães trabalhadoras com filhos até aos 12 anos. Nunca falaram em dar aos empregadores o poder para decidir, unilateralmente, a quem se aplica, ou não, o contrato coletivo. Nunca falaram em despenalizar o trabalho clandestino. Nunca falaram em enfraquecer o combate aos falsos recibos verdes. Nunca falaram em desproteger os trabalhadores independentes.

Protestos do Deputado do PSD Almiro Moreira.

A AD e o Governo nunca falaram de nenhuma destas coisas, nem de muitas outras que estão na proposta, e não falaram porque sabiam que não ganhariam as eleições.

Aplausos do PS.

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — O PS também nunca falou na geringonça!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Por isso, o Governo não tem legitimidade política para este radicalismo. Deveria retirar esta proposta e voltar ao início. Não é só uma questão de legitimidade, é uma questão de substância e de conteúdo.

O Governo diz que quer mais competitividade, mais produtividade e mais salários, mas a contrarreforma laboral em nada contribui para estes objetivos, antes pelo contrário. O Governo quer mais contratos a prazo, durante mais tempo, em particular para os jovens. Imagine-se! Portugal está ainda acima da média europeia; com a atual lei temos vindo a reduzir a distância para a Europa, mas o Governo quer voltar atrás e voltar a fazer dos contratos a termo a regra para os jovens. Mais, quem tem um contrato permanente ganha, em média, mais 37 % do que quem tem contratos a prazo.

Menos perspetivas de carreira, menos estabilidade, menos salários — é para isto que o Governo quer empurrar as pessoas e os jovens.

A Sr.ª **Patrícia Faro** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Quanto ao banco de horas individual, ouvimos as figuras principais da AD repetir mil vezes que é muito bom para os trabalhadores. Trabalham mais de uma semana e podem recuperar esse tempo na semana seguinte. Só que é falso. E não é por repetirmos uma mentira muitas vezes que ela se torna realidade. Os trabalhadores ficam obrigados a trabalhar mais tempo — até duas horas por dia —, mas depois só podem recuperar esse tempo se, e quando, o empregador o permitir. Podem estar até seis meses sem nunca poder compensar esse tempo. É um logro, uma mentira. Mais uma mentira para a longa lista deste Governo.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, se o Governo quer competitividade e produtividade, não é este o caminho. É apostar na formação; é reduzir custos de contexto — não confundir com direitos laborais —; é reduzir custos de energia; é premiar o investimento e a inovação; é apostar na incorporação da tecnologia na economia; é reduzir a burocracia; é simplificar — é diminuir prazos de licenciamento, é reduzir os tempos de justiça.

Este Governo é rápido a proibir burcas, a alimentar polémicas com a identidade de género, a proibir bandeiras,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E bem feito!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — … a criar problemas com a nacionalidade,…

Aplausos do PS.

Protestos da Deputada do CH Felicidade Vital.

… mas é incapaz de resolver os problemas das pessoas na habitação, na saúde, no custo de vida, na educação.

Este Governo não resolve problemas. Inventa problemas onde não existem, para disfarçar as suas incapacidades. E, agora, até no trabalho, veio criar um problema que não existe, sempre a atacar direitos.

Não desviem as atenções. Comecem a governar, comecem a trabalhar, comecem a resolver os problemas do País, das pessoas e das empresas. Não percam tempo, e não façam o País perder mais tempo, a fazer dos trabalhadores, dos sindicatos e da oposição bodes expiatórios, com trincheiras e conflitos que não estavam no vosso programa.

Se não querem ouvir os parceiros sociais, se não querem ouvir o PS, ouçam pelo menos o País.

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Até parece que o PS ouve os parceiros sociais!

Ouve os parceiros sociais, o PS?!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Como dizia há dias um empresário reconhecido: deixem os trabalhadores em paz.

Aplausos do PS.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Presidente**: — Muito boa tarde, Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Miguel Cabrita tem três pedidos de esclarecimento, a que responderá em conjunto.

O primeiro pedido de esclarecimento é do Grupo Parlamentar do PSD, dispondo de 2 minutos. Tem a palavra, para o efeito, o Sr. Deputado Francisco José Martins.

O Sr. **Francisco José Martins** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado, ouvi atentamente a sua intervenção.

Infelizmente, não estranho, embora realmente me sinta mal. Questiona a concertação social, no que diz respeito ao PSD, mas basta ler e atender ao seu percurso ao longo dos anos, para facilmente perceber como se trata de uma aposta séria. Até perguntava ao Partido Socialista — há pouco tempo ouvimo-lo — se, realmente, continua a manter a concertação social como referencial, ou não, porque disseram há muito tempo que não.

Foi com base nessa concertação social — como já foi dito pela minha colega, a Deputada Isaura Morais — que o acordo tripartido de 2024 acentuou a necessidade absoluta de alteração da legislação laboral.

Esta necessitou de avançar porque ao País, depois de uma governação socialista inconsequente — que levou, como todos nós sabemos, e bem, a que milhares de jovens saíssem do País —, importava colocar na primeira linha das atenções uma resposta atempada e eficaz.

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Francisco José Martins** (PSD): — O País — e bem! — tem uma produtividade pequena, tem salários abaixo da média europeia; há que dar resposta eficaz. Foi nisso que o Governo da AD quis avançar, e fê-lo — e está a fazê-lo, como disse o Sr. Primeiro-Ministro —, com coragem e determinação. Importa inverter toda esta situação, importa pôr em vigor o normativo que possa responder àquilo que são os anseios do povo português.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — A sério?! A sério?!

O Sr. **Francisco José Martins** (PSD): — Importa, isso sim, buscar as experiências das sociedades modernas e mais avançadas da Europa, de que fazemos parte integrante, para melhor colher os ensinamentos e as medidas mais adequadas para tal.

É isso que está na proposta do Governo. Essa é a resposta para alterar a produtividade, para aquilo que, para nós, significa a competitividade das empresas. Responder de forma eficaz é necessário para termos, no futuro, melhores salários.

É imperativo fazê-lo neste País. E, agora, o Governo colocou — e bem — nesta Assembleia, nas mãos de todos nós, o debate que permite a todos, querendo, em sentido positivo, dar resposta a tudo isso.

O PSD diz «presente»; esperemos que todos o digam. Ao PS ficava-lhe muito bem se o fizesse também.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O próximo pedido de esclarecimento é do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal. Até 2 minutos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Leitão.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Cabrita, ainda há pouco, quando fez um pedido de esclarecimento ao Secretário de Estado, disse que estava tudo bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ótimo!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Disse que os senhores tinham deixado tudo bem, nomeadamente no mercado de trabalho.

Protestos de Deputados do PS.

Ora, eu pergunto-lhe se termos um em cada três jovens a emigrar é estar tudo bem.

Protestos de Deputados do L.

Pergunto-lhe: termos um desempregado em cada cinco jovens é estar tudo bem? Metade dos que têm emprego terem contrato precário é estar tudo bem? Metade dos jovens que têm salários inferiores a 1000 € é estar tudo bem?

Sr. Deputado Miguel Cabrita, este é também o legado do Partido Socialista.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Por isso, por favor, Sr. Deputado, não é só «deixem os trabalhadores em paz», é «deixem o País em paz»!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Deixem o País avançar, parem de estar agarrados ao passado, porque neste momento aquilo de que o País precisa é que, pelo menos, se deem alguns passos para que o mercado de trabalho seja mais flexível,…

Protestos de Deputados do PS.

… para que se consigam empresas a produzir, para termos mais produtividade, para termos mais crescimento económico. E para, com isso, podermos fazer aquilo de que o País precisa: dar melhores condições de vida às pessoas, que é isso que, no fundo, é preciso ser feito.

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — É só teoria! Só conversas da treta!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Parem de empatar o País, por favor!

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O último pedido de esclarecimento é do Grupo Parlamentar do Chega. Até 2 minutos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Catarina Salgueiro.

A Sr.ª **Catarina Salgueiro** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Cabrita, o Partido Socialista passou anos a prometer melhores condições de vida para os trabalhadores portugueses. A verdade é que deixou o País com salários baixos, uma classe média esmagada e milhares de pessoas que trabalham todos os dias sem conseguirem viver com tranquilidade.

Os portugueses estão cansados de ouvir falar em crescimento económico, enquanto o custo de vida dispara, a habitação é incomportável e o salário continua a não chegar até ao fim do mês.

O PS fala muito de direitos laborais, mas a realidade é que muitos trabalhadores vivem presos à precariedade, aos contratos instáveis e à dependência de apoios sociais, porque o trabalho deixou de garantir uma vida digna. Na verdade, esquecem-se de que um trabalhador sem poder de compra, sem perspetiva de progressão e sem qualquer estabilidade não vive com dignidade. Durante os Governos PS, perdeu-se muito poder de compra.

O Chega entende que é possível defender os trabalhadores sem destruir a competitividade das empresas. É preciso criar riqueza. Sem crescimento económico sustentável, os aumentos salariais serão sempre insuficientes e temporários.

Atualmente, os portugueses sobrevivem com dificuldades cada vez maiores, em consequência da herança deixada pelo vosso partido, o Partido Socialista. Os trabalhadores portugueses precisam de salários dignos, estabilidade, oportunidades e respeito por quem trabalha.

Protestos dos Deputados do PS Armando Mourisco e Patrícia Faro.

Questiono: depois de tantos anos no Governo, como justifica o PS que Portugal continue a ter trabalhadores pobres, salários baixos e jovens qualificados obrigados a emigrar para terem melhores condições de vida?

Esmagaram a economia com impostos para sustentar o vosso Estado, e agora querem mudanças, Sr. Deputado?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra, até 3 minutos, o Sr. Deputado Miguel Cabrita.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Sr. Presidente, agradeço as suas perguntas, Sr. Deputado Francisco José Martins. Em matéria de concertação, o PS não aceita lições do PSD.

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Claro!…

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Um acordo sobre leis laborais, em 2018, um acordo sobre formação, em 2021, um acordo sobre rendimentos, em 2022 — todos em sentido positivo.

Protestos de Deputados do PSD e de Deputados da IL.

Tenho uma recomendação: se o Governo quer melhores salários e melhor competitividade, comece de novo. Volte atrás e comece de novo.

Aplausos do PS.

Sr.ª Deputada Mariana Leitão, Sr.ª Deputada Catarina Salgueiro, nunca me ouvirão dizer que estava tudo bem, mas uma coisa lhes garanto, estava melhor do que em 2015, quando nós herdámos o país da troica,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Vocês é que chamaram a troica!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Vocês é que a chamaram!

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — A troica foi chamada por vocês!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — … com a legislação a que os senhores agora querem voltar!

Protestos do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e contraprotestos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr.ªs e Srs. Deputados, dei alguma tolerância. Passados alguns anos, sei que há palavras que ainda puxam pelos sentimentos, em todos os lados, mas vamos continuar com as intervenções.

A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Chega e tem a palavra o Sr. Deputado António Carneiro.

O Sr. **António Carneiro** (CH): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Não resisto a dirigir-me primeiro ao PCP. O PCP continua a vender aos trabalhadores portugueses uma velha ilusão revolucionária, mas a verdade é que quando o comunismo foi aplicado, o resultado foi sempre o mesmo: pobreza, falta de liberdade e miséria social.

Aplausos do CH.

Olhem para a Venezuela, um país rico transformado em fome, em emigração em massa. Na Cuba,…

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — É «em Cuba»!

O Sr. **António Carneiro** (CH): — … décadas de racionamento, salários miseráveis e repressão política. Também na Coreia do Norte, que vocês tanto admiram, onde nem a liberdade de expressão existe.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora!

O Sr. **António Carneiro** (CH): — Depois, o PCP vem dar lições sobre os direitos dos trabalhadores. Que autoridade moral tem um partido que continua incapaz de condenar claramente regimes onde os trabalhadores vivem sem liberdade e sem futuro?

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Toda! Tem toda a autoridade moral!

O Sr. **António Carneiro** (CH): — Os portugueses estão cansados dos discursos ideológicos. A defesa dos trabalhadores não é monopólio da esquerda.

Aplausos do CH.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Mentiras, não!

O Sr. **António Carneiro** (CH): — Sr. Secretário de Estado, a reforma laboral chega ao Parlamento com um pecado original: falhou na concertação social. Depois de meses de reuniões, o Governo não conseguiu construir um acordo sólido com os parceiros sociais e vem agora pedir ao Parlamento aquilo que não conseguiu na mesa negocial.

O Chega não está contra a valorização da legislação laboral. Portugal precisa de uma economia mais competitiva, de empresas mais fortes e menos burocracia.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Querem é dar a mão ao Governo! É o que vocês querem!

O Sr. **António Carneiro** (CH): — Sejamos claros: modernizar não pode significar precarizar. Flexibilidade, sim; abuso, não; competitividade, sim; trabalhadores desprotegidos, não.

Aplausos do CH.

O Governo fala em horas como se fosse apenas uma questão técnica,…

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Então, mas vão viabilizar?

O Sr. **António Carneiro** (CH): — … mas para quem trabalha, para quem tem filhos, transportes, turnos, salários baixos e uma vida familiar para organizar, o banco de horas não é uma abstração; …

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Mas vão apoiar?

O Sr. **António Carneiro** (CH): — … é tempo, é descanso, é família, é saúde.

O trabalhador português já trabalha mais horas do que a média europeia. O problema de Portugal não é a falta de horas trabalhadas, é a falta de salários dignos, de produtividade, de estabilidade e justiça laboral.

Aplausos do CH.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — É isso! É isso!

O Sr. **António Carneiro** (CH): — Sr. Secretário de Estado, defender a flexibilidade de horários é defender as famílias. Hoje, muitos pais vivem esmagados entre o trabalho, a escola dos filhos, os cuidados com os mais velhos e a falta de tempo para a vida familiar.

Flexibilizar horários, quando a função o permite, não é retirar produtividade, é ganhar responsabilidade, equilíbrio e dignidade. Um país tem de proteger a família, tem de permitir que o trabalhador e o cuidador não sejam realidades incompatíveis.

O trabalho por turnos e o recurso excessivo ao trabalho de suplementar estão a destruir o equilíbrio das famílias portuguesas. Pais que quase não veem os filhos, horários imprevisíveis, fins de semana sacrificados e vidas pessoais constantemente adiadas não podem ser o preço do funcionamento da economia.

O Chega defende que é urgente proteger quem trabalha, garantir horários mais humanos, previsibilidade e respeito pela conciliação entre a vida profissional e familiar, porque nenhuma sociedade cresce de forma saudável quando obriga as famílias a viverem permanentemente em função do trabalho.

Sr. Secretário de Estado, depois, não podemos fazer reformas laborais sem pensar na fiscalização. Temos de pôr os inspetores da ACT (Autoridade para as Condições do Trabalho) na rua, a fiscalizar o Código do Trabalho, de maneira que as empresas cumpram aquilo que está determinado para os trabalhadores.

Sr. Secretário de Estado, os trabalhadores portugueses querem ganhar melhor, pagar menos impostos, ter emprego estável e conseguir viver com a dignidade do seu trabalho. O Chega defende trabalhadores livres, valorizados e respeitados.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado tem dois pedidos de esclarecimento, e a Mesa recebeu indicação de que responderá em conjunto.

Para pedir esclarecimentos pelo Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra, até 2 minutos, a Sr.ª Deputada Carla Barros.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Vai fazer o namoro?!

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado António Carneiro, um Governo como este que temos, da AD, com um Primeiro-Ministro de um enorme carácter humanista,…

Risos do CH e da IL

… preparado desde o primeiro dia e assumindo…

Burburinho na Sala.

Sr. Presidente, eu assim não consigo intervir.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — É assim que acho que deve ser. Quando o orador se sente incomodado, deve parar, e o tempo para automaticamente.

Tal como o Sr. Presidente já explicou, é muito complicado para nós interrompermos um orador se ele continuar na sua intervenção. Portanto, é assim que deve ser: a oradora parou, o tempo também parou. Portanto, quando quiser recomeçar, o tempo começará a contar.

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Um Primeiro-Ministro preocupado, desde o seu primeiro dia de governação, em tomar decisões políticas para melhorar os rendimentos dos trabalhadores, das famílias, das empresas, preocupado em melhorar a competitividade das empresas.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Sim, sim! Está bem, abelha!

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Esta é a nossa certeza e é o caminho que queremos seguir.

Mas o Chega não tem a mesma certeza, e é por isso que eu tenho aqui algumas questões dirigidas ao Chega e ao Sr. Deputado André Ventura, que está aqui no debate.

Protestos do CH.

O Chega quer ou não quer…

Continuação de protestos do CH.

O Chega quer ou não quer o aumento do salário mínimo e do salário médio?

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Onde é que isso está na reforma laboral?!

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — O Chega quer ou não quer a melhoria da competitividade das empresas, para que com isso possam fazer face à concorrência e pagar melhor aos trabalhadores?

O Chega quer ou não quer mais dias de férias para os trabalhadores?

O Chega quer ou não quer o aumento da licença de parentalidade?

Vozes do CH: — Queremos!

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — O Chega quer ou não quer que os pais e os avós possam ter mais tempo junto das suas crianças?

Protestos do CH.

O Chega quer ou não quer a melhoria das compensações para o trabalhador em caso de despedimento?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — O Chega quer ou não quer mais proteção para os trabalhadores nesta economia digital?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

Protestos da Deputada do CH Felicidade Vital.

O Chega não sabe o que quer e tem de pensar. Sabem porquê?

A Sr.ª **Felicidade Vital** (CH): — Vocês é que não sabem!

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Porque este Governo quer, os portugueses querem, o País quer…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E a economia precisa!

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — … e a economia precisa. O Chega tem de se deixar deste jogo político, porque o País não cresce se não houver responsabilidade de todos nesta Câmara.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O próximo pedido de esclarecimento é do Sr. Deputado Fabian Figueiredo, que tem até 51 segundos para o efeito.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Carneiro, há duas semanas, perguntei-lhe se o Chega já sabia qual era a sua proposta para redução da idade de reforma. Hoje, renovo-lhe a pergunta: qual é a proposta do Chega para redução da idade de reforma?

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — E quanto é que custa!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Disse que ia estudar, que ia perceber e, mais tarde ou mais cedo, ia dar entrada da proposta.

Já ouvimos que era para baixar uns meses, uns dias, já ouvimos que era para fazer como nos países nórdicos, por isso, pergunto-lhe: Sr. Deputado António Carneiro, já consegue esclarecer à Câmara qual é a proposta do Chega para redução da idade da reforma?

Burburinho na bancada do CH.

Espero que o alvoroço que se instalou agora na bancada lhe permita finalmente esclarecer o conjunto dos Deputados sobre a verdadeira proposta do Chega.

Vozes do CH: — Não era para ti!

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado António Carneiro precisa de condições para responder, ainda tem 2 minutos e 57 segundos para o efeito.

Continuação de protestos do CH.

Já lhe dou a palavra quando o Plenário der condições.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É a bancada do Bloco que não se cala!…

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Então, até 2 minutos e 57 segundos, para responder, tem a palavra o Sr. Deputado António Carneiro.

O Sr. **António Carneiro** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, registo com agrado novamente a sua pergunta, que mostra o seu interesse na nossa proposta. Espero que, quando ela chegar ao Parlamento, nos acompanhe e se junte a esta bancada.

Aplausos e risos do CH.

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Parem a contagem do tempo.

O Sr. **António Carneiro** (CH): — Sr.ª Deputada Carla Barros…

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado, espere, espere. A contagem do tempo está parada, senão ninguém o consegue ouvir, eu não o estava a conseguir ouvir. Srs. Deputados, vamos criar condições, que o Sr. Deputado ainda tem um pedido de esclarecimento para responder.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Tem duas, Sr. Presidente! Tem duas!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos ouvir. Tem a palavra o Sr. Deputado António Carneiro.

O Sr. **António Carneiro** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente.
Sr.ª Deputada Carla Barros, registo com agrado o humanismo do Sr. Primeiro-Ministro, mas quando o País estava a arder, ele estava a festejar, juntamente com os seus.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **António Carneiro** (CH): — Gostava de saber, então — de que o Governo fala tanto —, onde é que baixa os impostos e onde é que está, na reforma laboral, aquilo que a senhora me perguntou, sobre a subida salarial e os dias de férias.

Aplausos do CH e protestos do PS e do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Muito obrigado, Sr. Deputado. Voltamos às intervenções e a próxima intervenção, até 3 minutos, é da Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado: Não posso deixar de registar aquilo que hoje já foi mencionado. De facto, é lamentável que a Sr.ª Ministra do Trabalho não esteja aqui, porque começou por dizer que estaria na decisão de todos os grupos parlamentares e partidos aqui representados, para que esta proposta que aqui entrou não saísse igual. Mas para isso, também era importante que quem a promoveu também aqui estivesse sentada, para poder, de alguma forma, responder a todos estes esclarecimentos.

Burburinho na Sala.

Mas, no PAN não temos qualquer problema de ir diretamente falar não só com a concertação social, mas também com quem representa os empregadores e os trabalhadores, porque entendemos que, de facto, cabe agora ao Parlamento garantir que há mais justiça social, o que a proposta que o Governo aqui nos traz não cumpre

De facto, não basta vir dizer nem falar do humanismo do Sr. Primeiro-Ministro — de facto, acho que é a piada que se regista neste debate —, apesar de não ser uma brincadeira nem uma piada o impacto que isto tem para o País. Porque esta proposta peca, desde logo, por uma questão: não tem qualquer visão de que país é que o Governo da AD quer construir.

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Ai tem, tem!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Não diz o que é que quer em termos económicos, não diz como é que vai promover a empregabilidade jovem — porque garantir a empregabilidade jovem não é um mero chavão. Onde é que está uma estratégia efetiva, por exemplo, nesta proposta, para garantir que os estágios profissionais remunerados sejam uma realidade em Portugal?

Vozes do PS: — Muito bem!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Onde é que está uma proposta concreta? É que já a procurámos e não a encontrámos.

Protestos do Deputado do PSD Joaquim Barbosa.

Depois, por outro lado, como é que é possível termos um Governo que se diz humanista, que quer promover a igualdade de género, mas a primeira coisa que faz é um ataque cerrado aos direitos das mulheres, em particular ao luto gestacional, à amamentação ou até mesmo à parentalidade?

Burburinho na Sala.

Sr.as e Srs. Deputados, vir procurar confundir a sociedade em relação aos direitos da amamentação ou até mesmo ao luto gestacional não é um debate sério.

Protestos do Deputado do PSD Joaquim Barbosa.

E, sim, nós lemos o diploma, Sr. Deputado, e, acima de tudo, lemos aquilo que são os direitos não só das mulheres no código atual, como também aquilo que tivermos de promover se quisermos, efetivamente, garantir que teremos um outro debate que também ficou completamente à margem do que o Governo tem feito.

Nós temos um problema gravíssimo da inversão da pirâmide, neste caso geracional, no nosso País. Temos a pirâmide demográfica com um problema grave, ainda hoje aumentou-se o tempo de reforma, e, por isso mesmo, se não houver uma visão de futuro, de como é que vamos conseguir conciliar a parentalidade, não apenas com a questão da licença parental remunerada a 100 %, que é das poucas coisas que louvamos nesta iniciativa, mas, acima de tudo, como é que não vamos dar um passo atrás nas propostas e medidas que o Governo aqui nos traz.

Por outro lado, também, naquilo que é a falta de visão, para reagirmos às catástrofes que têm atingido o País não se vê como é que vão impulsionar a economia verde, a capacidade de ter instrumentos mais ágeis de justificação de falta no contexto de catástrofes ou incêndios. Portanto, parece que não aprendemos absolutamente nada com aquilo que aconteceu recentemente.

Por isso mesmo, é importante perceber se estão efetivamente disponíveis, ou não, para ir ao encontro das várias preocupações que hoje aqui foram manifestadas, mas, acima de tudo, que país é que querem: se querem voltar aos tempos da troica, como aqui hoje já foram falados,…

A Sr.ª **Felicidade Vital** (CH): — Isso é chamar o socialismo!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … ou se querem ter uma economia de progresso, de empatia e de justiça social e ambiental, que é o que não está bem presente nesta proposta.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Livre, dispõe de 5 minutos e 15 segundos. Tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Ontem, o Sr. Primeiro-Ministro dizia que quem é contra este pacote laboral é pelo imobilismo. Não é, porque este pacote laboral não é uma reforma laboral, é uma contrarreforma laboral, é um verdadeiro retrocesso.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — O Sr. Secretário de Estado aconselhou-nos a ler com atenção a proposta de lei. Nós já lemos a proposta de lei. Lemos o anteprojeto com atenção, seguimos todas as negociações durante estes 10 meses com muita atenção e lemos com muito cuidado agora a proposta de lei. Tem muitas propostas, mas nenhuma para este século XXI.

Nós queremos mostrar que não somos pelo imobilismo, muito pelo contrário, achamos que é preciso mudar o mercado de trabalho em Portugal, é preciso mudar a forma de trabalhar e é preciso garantir que o País tenha uma verdadeira competitividade. Mas isso não se faz com estas propostas que o Governo nos traz e vou aqui apresentar então as propostas que o Livre tem em cima da mesa para o fazer.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Neste século de inovação tecnológica, de inteligência artificial, temos de aproveitar a inovação para garantir melhores empregos. Isso passa, necessariamente, por exemplo, por reduzir o horário de trabalho, garantir mais tempo para todos. Por isso, qualquer alteração à legislação laboral tem de prever uma semana de quatro dias, por exemplo.

Aplausos do L.

Tem de prever que o trabalho por turnos é limitado apenas a quando é necessário. Tem de incorporar aquilo que é o conhecimento científico sobre o direito ao descanso, sobre a saúde mental, sobre o direito das crianças. E por isso, sim, é preciso alargar a licença parental, mas alargar a sério, para que os pais e as mães consigam estar mais tempo com as suas crianças.

Burburinho na Sala.

É preciso garantir também a reconversão profissional, garantir que as empresas e os trabalhadores conseguem adaptar-se a este século de grande inovação tecnológica. É preciso também limitar o recurso abusivo ao trabalho temporário, restringir os contratos a prazo a funções comprovadamente temporárias ao trabalho suplementar.

Mas, mais: neste século de grandes alterações climatéricas, como vemos agora durante estes dias, é preciso garantir que a proteção dos trabalhadores está no código laboral. É preciso proteger os trabalhadores que trabalham ao ar livre e que estão expostos a condições extremas. É preciso garantir uma falta injustificada em caso de eventos como o que tivemos no comboio de tempestades. É preciso rever a lista das doenças profissionais, de modo a incluir as doenças relacionadas com a exposição a condições climatéricas extremas. Mas não só, é preciso também garantir que os trabalhadores têm mais agência na gestão do seu trabalho e das suas empresas.

Por isso, precisamos de maior democracia nas empresas, com participação de representantes dos trabalhadores nos órgãos de administração, precisamos de dar mais força à contratação coletiva, aos sindicatos, à representação sindical, que é exatamente o contrário do que o Governo faz na sua proposta de lei, que restringe a ação sindical, o que vai diminuir os direitos dos trabalhadores, diminuir a força dos trabalhadores.

Precisamos ainda de fazer mais uma coisa que é muito importante, Sr.ª Deputada, precisamos de garantir que a desigualdade salarial entre homens e mulheres não aumenta.

Aplausos do L.

Mas, o PSD votou contra a proposta do Livre para garantir que os benefícios fiscais só podem ser dados se o aumento dos salários não agravar a desigualdade entre géneros.

Protestos da Deputada do PSD Carla Barros.

Por isso, em que é que ficamos? É, de facto, com este tipo de propostas que nós levamos o trabalho para o século XXI, não é, de todo, com a proposta de lei que o Governo nos traz.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Costa.

A Sr.ª **Isabel Costa** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Esta reforma laboral, que ninguém pediu, há muito vem sendo discutida sem qualquer avanço estrutural. A função primordial do Código do Trabalho é assegurar equilíbrios e promover relações laborais justas.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Costa** (PS): — Em vez de reforçarmos esta missão, assistimos a uma inversão do seu propósito, o que se traduz no agravamento da precariedade e numa maior fragilização de quem procura entrar no mercado de trabalho.

Um País que precisa fixar o seu talento jovem tem um Governo com uma agenda oposta. Desde logo, o banco de horas individual. Dizem-nos que trabalhar mais duas horas por dia até às 50 horas semanais, no limite das 150 horas por ano, é um acordo. O Governo quer chamar «acordo», fala de igualdade das partes, como se a simples comunicação do empregador fosse equiparável ao pedido de autorização que quer exigir ao trabalhador para as compensações dessas horas.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Costa** (PS): — O fim do banco de horas individual acabou com uma cultura de abuso, que os senhores pretendem agora recuperar.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Isso!

A Sr.ª **Isabel Costa** (PS): — Mas a promoção da instabilidade não fica por aqui.

O Governo quer ir mais longe, quer alargar os prazos da precariedade e recuperar a ideia de que ser jovem deve significar ter um trabalho precário para sempre. Importa recordar que Portugal é um dos países da Europa com mais incidência de contratos a termo, em especial entre os jovens. Avançar com políticas que prolongam e aprofundam esta realidade apenas permite concluir que o Governo não conhece, de facto, o País para o qual governa.

Aplausos do PS.

Que país é este que o Governo quer? Que futuro tem um país que não discute as mudanças do mercado de trabalho e parece querer concentrar os seus esforços em exportar a geração mais qualificada de sempre?

Protestos do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.

Esta forma de encarar o trabalho, e o trabalho jovem em particular, é profundamente radical. Em vez de garantir estabilidade e perspetivas de futuro, opta-se por instaurar a precariedade como norma.

A conclusão a que somos obrigados a chegar é que sempre que a direita está no Governo, os direitos dos trabalhadores ficam ameaçados.

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Oh!

A Sr.ª **Isabel Costa** (PS): — Este Governo olha para o trabalho com os mesmos óculos de há 50 anos. Talvez fizessem um favor ao País se fossem atualizar a graduação.

Aplausos do PS e do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do Grupo Parlamentar do CDS, para uma intervenção.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Sr.as e Srs. Deputados: Depois dos dogmas do Partido Comunista e da extrema-esquerda, há que repor os factos.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Outra vez?!

Protestos do BE.

Os Srs. Deputados da extrema-esquerda acham que todos os salários se aumentam por decreto no início do ano. Pois bem, Srs. Deputados, deixem-me dizer-vos: não é assim, principalmente fora da esfera pública. Parece-me que será do interesse de todos que o salário médio no setor privado aumente, como já aumentou o salário médio na função pública.

Srs. Deputados, deixem os vossos dogmas. Os salários já estão a aumentar…

Vozes do PS: — Ui!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … e só continuarão a aumentar se a produtividade das empresas aumentar.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — E o banco de horas individual?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E a produtividade das empresas só aumentará se a legislação laboral flexibilizar. Nós queremos que as microempresas passem a pequenas empresas, que as pequenas empresas passem a médias empresas e que as médias empresas passem a grandes empresas.

Protestos do L e do PCP.

Queremos que as empresas cresçam em produtividade e tamanho para que possam empregar mais trabalhadores e para que possam pagar melhores salários, Srs. Deputados. Isso só será possível se a nossa legislação laboral passar a ser menos rígida.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Ó homem de Deus!…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E não somos nós que o dizemos, é a OCDE que o diz.

Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.

A nossa legislação é a segunda legislação laboral mais rígida em 37 países — Sr. Deputado, eu faço-lhe chegar depois o relatório e em português, traduzido, para que o Sr. Deputado perceba.

Vozes do PS: — É abuso! É um abuso!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É muito fácil de perceber.

Essa rigidez da legislação laboral portuguesa prejudica a produtividade, prejudica a competitividade e explica, em parte, o elevadíssimo desemprego jovem, que ronda os 20 %. Por isso, é fundamental uma reforma laboral que promova a produtividade, que promova a competitividade e que permita a retenção de talento jovem em Portugal, aumentando os salários e evitando a emigração massiva que aconteceu no tempo dos governos socialistas.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — No tempo de quem? No tempo de quem?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Srs. Deputados, felizmente que o País virou à direita e nós viemos governar para reformar, para reduzir impostos, para aumentar a produtividade, para aumentar os salários e para retirar o País da cauda da Europa.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Bem ensaiado!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O PCP pode apresentar as moções de rejeição que entender, porque o povo português já está a tratar da rejeição do Partido Comunista Português. É precisamente isso que interessa, a vontade do povo português.

Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.

O povo português deu a confiança à AD para governar e deu a confiança à AD para fazer a reforma da legislação laboral. É nisso que nós estamos focados e é isso que faremos. Faremos uma boa reforma da legislação laboral, se o Parlamento tiver sentido de Estado e sentido de responsabilidade, e saberemos, depois de a reforma laboral ser concretizada,…

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Está onde?

O Deputado do PS Miguel Cabrita exibe o programa eleitoral da coligação PSD/CDS.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … saberemos criar as condições para que haja aumento de salários, para que haja aumento de produtividade das empresas e para que seja possível o País crescer, no final da legislatura, a 3 %, como pretendem o Governo e esta maioria.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Aleluia!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado Paulo Núncio tem um pedido de esclarecimento,…

Burburinho na Sala.

… que vai ser feito, assim que houver condições, pelo Sr. Deputado Fabian Figueiredo, que tem até 4 segundos.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Obrigado Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Núncio, pode informar a Câmara qual é que foi a evolução do IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) durante os anos em que era Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e em quanto aumentou o IRS, nomeadamente, no Orçamento do Estado para 2013?

Aplausos de Deputados do PS e do L.

Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio e contraprotestos de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, é que daqui a um bocado nem a Mesa se consegue ouvir a si própria!

Até 17 segundos, para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Deputado Fabian Figueiredo, participei, com orgulho, num Governo patriótico e de direita que salvou o País da bancarrota a que esses senhores o levaram.

Protestos do PS, do L, do PCP e do BE.

Cumpri o programa de ajustamento que estes senhores assinaram.

Felizmente, a legislatura não terminou em 2013, mas em 2015, e terminou com uma reforma do IRS que permitiu reduzi-lo a todos os portugueses, principalmente às famílias com filhos.

É um grande orgulho que tenho, é uma medalha que tenho, Sr. Deputado.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

Protestos do PS, do L, do PCP e do BE.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

Continuação de protestos do PS, do L, do PCP e do BE e contraprotestos do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Pedro «Bancarrota» Santos!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Assim que o Plenário der condições, eu darei a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Maia.

Pausa.

Tem a palavra, Sr. Deputado, para uma intervenção.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Acho que este debate teve, desde logo, uma grande utilidade, para vermos o PSD deitado no divã do psicanalista,…

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — … isto porque o PSD está confrontado com uma terrível ambivalência.

Protestos do PSD.

Por um lado, pintou-nos aqui um quadro de felicidade quanto ao emprego e disse a Sr.ª Deputada Isaura Morais tratar-se de um momento ímpar. Por outro lado — e cá está a ambivalência! —, está confrontado com a obrigação de impor aos trabalhadores o pacote laboral que o patronato manda aprovar.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — O «patronato»! Linguagem do século XIX!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — É caso para dizer que o PSD, ou muitos militantes do PSD, devem ter em curso uma verdadeira rebelião de consciência, e isso explica porque muitos sociais-democratas têm dado sinais de divisão em relação a este pacote laboral.

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Tem de olhar para a sua bancada!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Ora, Srs. Deputados, tem sido aqui incensado designadamente o banco de horas, com uma mistificação completa relativamente aos benefícios — imagine-se! — que os trabalhadores terão com este recurso, como se fosse possível ignorar que a própria relação de trabalho é tão desigual, tão desigual, tão desigual, que muitos trabalhadores não terão outro remédio senão ceder à imposição do banco de horas individual. Portanto, lá se vão os méritos do acordo voluntário entre o trabalhador e o empresário.

Protestos da Deputada do PSD Carla Barros.

O PSD e a direita em geral ocultam também o facto de que, por via do banco de horas, o que vai acontecer é que vamos aumentar, e de que maneira — ou iríamos aumentar, se ele fosse aprovado —, os lucros extraordinários das empresas. Na verdade, quer queiram, quer não queiram, o que o banco de horas significa é realmente trabalho suplementar prestado, mas não remunerado, e as contas são fáceis de fazer.

Vamos ao Grupo Jerónimo Martins, que é um dos maiores empregadores. Vamos imaginar que dos 35 000 trabalhadores da Jerónimo Martins, 30 000 ficariam com este regime do banco de horas. Isso significa que estas 150 horas que estes trabalhadores farão a mais equivalem a mais ou menos 1000 €, o que representa 30 milhões de euros de lucro líquido para a empresa.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso é falso!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Portanto, isto deve-nos fazer pensar sobre o engodo que aqui está e a forma através da qual o Governo, o PSD e a direita querem promover não a liberdade de escolha do trabalhador, mas um esbulho do seu trabalho.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso é discurso de ódio contra as empresas!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — O que é preciso, Srs. Deputados, é de facto reduzir os horários de trabalho, regular os horários de trabalho, impedir a intensificação dos horários de trabalho e do trabalho que os trabalhadores estão a prestar.

Ora, foi também aqui tentado, mais uma vez, forçar a relação entre produtividade e salário, porque sem produtividade não há lucro, e sem lucro não há melhores salários.

Protestos da Deputada do PSD Isaura Morais.

Ó Sr.ª Deputada, escusa de fazer esse gesto, porque eu pergunto-lhe, Sr.ª Deputada… Olhe, vou dar-lhe mais uma vez o exemplo da Jerónimo Martins. Em 2025…

Protestos de Deputados da IL e da Deputada do PSD Isaura Morais.

Escute até ao fim, escute! Em 2025, foram 646 milhões de euros de lucro. Pergunto-lhe: quanto é que aumentaram os salários dos trabalhadores?

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Ó, meu Deus!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Olhe, qual foi a diferença entre o salário, entre os ganhos do CEO (*chief executive officer*) da Jerónimo Martins e os trabalhadores? É muito fácil, está publicado. O Presidente do Grupo ganhou 5 milhões de euros.

Protestos da Deputada do PSD Isaura Morais.

Os trabalhadores ganharam, em média, 22 140 €. É só fazer as contas. É só fazer as contas! E, sabe, os salários da generalidade dos trabalhadores do Pingo Doce, da linha de caixa, andam mais ou menos pelo salário mínimo nacional, exceto se trabalharem também aos sábados e aos domingos.

Portanto, a questão é muito simples: se já hoje é possível pagar mais, porque é que as empresas não pagam? Porque é que as empresas não pagam?

Já agora, voltando à questão da produtividade, há que colocar aqui dois problemas centrais. O primeiro é…

Protestos da Deputada do PSD Isaura Morais.

Ó Sr.ª Deputada, deixe-me acabar.

O primeiro é: se a produtividade tem de ter ganhos à custa da perda do valor do trabalho para os trabalhadores, o que é que as empresas estão a fazer para aumentar essa produtividade, além de estarem a aumentar os ritmos de produção? É o que acontece, por exemplo — e isto está claramente descrito —, na Autoeuropa.

Já agora, queria perguntar ao PSD e ao Governo, aos partidos da direita, que contribuições é que têm dado para reduzir os custos de contexto das empresas, de modo que possam, sim, ser mais produtivas.

Ora, o que é necessário, Srs. Deputados, é mesmo garantir a liberdade sindical, é mesmo garantir a livre negociação coletiva, é mesmo remover as cláusulas iníquas do Código do Trabalho, repor o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador, melhorar as normas sobre a formação profissional, etc.

Foi aqui também referido, mais uma vez, pela enésima vez, como se fosse verdade — como se fosse verdade! —, que Portugal enfrenta uma rigidez da legislação laboral inaudita.

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A OCDE!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Ó Srs. Deputados, respondam lá com franqueza. Mas é ou não é fácil — muito fácil! — despedir qualquer trabalhador em Portugal?

Vozes da IL e do CDS-PP: — Não!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — É, sim senhor! É, sim senhor!

Finalmente, queria dar uma outra nota relativamente a tudo quanto aqui foi dito, desde o Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho a um conjunto de Deputados, relativamente ao modelo de precarização dos trabalhadores, especialmente dos jovens, já hoje a sua larga maioria francamente atingida por este gravíssimo problema.

O que, na verdade, o Governo pretende instaurar é um modelo em que os jovens têm emprego — vá, têm emprego! —, são precários, são mal pagos e, por consequência, têm de ser bem-agradecidos. É isso que o PSD nos quer impor. É esse o paradigma que nos querem impor.

Concluindo, Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Srs. Deputados, há que dizer o seguinte: confirma-se a justeza do que o PCP aqui afirmou no dia 15 de outubro de 2025 — este Código do Trabalho só tem mesmo um caminho, e esse caminho é o caixote do lixo.

Aplausos do PCP.

Protestos da Deputada do PSD Isaura Morais e do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Para o efeito, tem a palavra a Sr.ª Deputada Dália Miranda.

A Sr.ª **Dália Miranda** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: O Governo tenta justificar estas alterações à Agenda do Trabalho Digno com a ideia de que esta terá sido prejudicial à economia, mas os factos não acompanham esta narrativa.

Durante a vigência da Agenda do Trabalho Digno, os principais indicadores económicos e laborais cresceram: o emprego aumentou, o desemprego manteve-se em mínimos históricos e a economia continuou a crescer.

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — E os jovens?!

A Sr.ª **Dália Miranda** (PS): — Portanto, onde estão os efeitos negativos deste recuo? Não conseguimos perceber.

Protestos da Deputada do PSD Isaura Morais.

Há aqui também uma questão de coerência política, Srs. Deputados. Então, se a Agenda do Trabalho Digno era assim tão errada, porque é que o PSD se absteve na votação global?

Aplausos do PS.

O PSD absteve-se, ao contrário do Bloco de Esquerda e do PCP, que, por acharem que eram insuficientes as medidas lá previstas, votaram contra.

Aquilo que hoje vimos aqui não é uma correção técnica, é um ajuste de contas ideológico com o passado.

Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão.

Basta olhar para o que está a ser revogado ou enfraquecido e que resultou de várias reformas socialistas: as novas regras para plataformas digitais, que desprotegem os trabalhadores; o fim da proibição do *outsourcing* após despedimento;…

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Muito bem!

A Sr.ª **Dália Miranda** (PS): — … menos mecanismos de proteção de contratação coletiva; mais contratos precários e por mais tempo; e até poderes da ACT no combate a despedimentos ilícitos.

Ou seja, sempre que a lei tentou reduzir precariedade ou equilibrar relações laborais, o Governo escolheu recuar. E é particularmente grave que se retirem instrumentos de fiscalização e proteção num momento em que o mercado de trabalho continua marcado pela precariedade, pela desregulação e pela desigualdade negocial.

Protestos do Deputado do PSD Joaquim Barbosa.

Por isso, a dúvida é pertinente: isto serve o interesse da economia ou é apenas uma visão ideológica das relações laborais?

Sr.as e Srs. Deputados, aquilo que está em causa não é modernização, é desproteção.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Pelo Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PCP quer sempre passar a imagem de que defende os trabalhadores, mas anda há 50 anos a prejudicá-los das piores formas possíveis.

Primeiro: o PCP prejudica os trabalhadores com a sua retórica contra o grande capital.

Protestos do PCP.

Não há nada que favoreça tanto os trabalhadores como o grande capital!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Em Portugal, uma multinacional, o tal grande capital de que falam, paga 61 % acima da média.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Pois é!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — O grande capital estrangeiro, esse monstro maior ainda,…

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — É como a IL com os sindicatos!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — … paga 68 % acima da média nacional.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Se todos os empregadores pagassem tanto como o grande capital que o PCP tanto diaboliza, teríamos muito menos pobreza, mais oportunidades e menos jovens a emigrar.

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos e da Deputada do PCP Paula Santos.

Se o PCP defendesse verdadeiramente os trabalhadores, gritaria por mais grande capital…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso! Claro!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — … e ainda mais grande capital estrangeiro, porque são eles que pagam aos trabalhadores.

Protestos do PCP.

E o Sr. Deputado Paulo Raimundo é um ótimo exemplo, é o exemplo acabado de como o grande capital favorece os trabalhadores. Há pouco tempo, uma cadeia estrangeira de supermercados anunciou como salário de entrada 1000 € — com subsídios, dá 1200 € brutos. Não, não é um salário muito alto, mas sabem quanto é que o PCP paga ao seu líder? Paga 900 €!

Risos e aplausos da IL.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Ou seja, uma multinacional estrangeira da grande distribuição paga mais a um operador de loja acabado de entrar do que o PCP paga ao seu líder!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não é produtivo!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Querem melhor exemplo do que isto?!

Depois, o PCP prejudica os direitos dos trabalhadores, quando controla os sindicatos e os coloca ao serviço do partido e não apenas dos interesses dos trabalhadores.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Acho que não percebeste!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Como muitas pessoas não se identificam com o PCP, não querem alimentar o aparelho partidário do PCP, nós temos uma das taxas de sindicalização mais baixas de toda a Europa,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — … especialmente no setor privado. Nos países nórdicos, com sindicatos independentes dos partidos, a taxa de sindicalização é superior a 60 %.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Nesses países, os representantes dos sindicatos dos trabalhadores…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não do PCP!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — … até se sentam nas administrações das empresas. Tenho a certeza de que muitas empresas gostariam de ter representantes dos trabalhadores na sua administração.

Protestos do PCP.

Seria bom para todos. O que não querem é ter na administração das empresas…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — O PCP!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — … um funcionário do PCP, que acha que aquela empresa nem sequer deveria existir ou que deveria ser nacionalizada.

Aplausos da IL e do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — O PCP, em Portugal, destruiu qualquer hipótese de existirem sindicatos livres e independentes no setor privado; destruiu qualquer hipótese de termos representantes dos trabalhadores nas administrações das empresas, a defender os seus interesses.

Protestos do PCP e do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

O poder do PCP prejudica os trabalhadores e é uma das razões de termos tão pouco investimento e salários baixos.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Boa desculpa!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Sim, Srs. Deputados, o aumento do salário é útil e necessário, mas o PCP elegeu como inimigo o grande capital,…

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — E os interesses dos grupos económicos!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — … os empregadores que pagam os salários mais altos neste País.

Sim, Srs. Deputados, os sindicatos são importantes para defender os interesses dos trabalhadores, mas o PCP instrumentaliza-os ao partido,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — … impedindo-os de ter a influência que poderiam e deveriam ter.

Por isso, Srs. Deputados, por salários mais altos e sindicatos livres, eu termino com um apelo: trabalhadores de todo o País, uni-vos contra o PCP!

Risos do PCP.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Faz um sindicato!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Avante o grande capital, viva a independência sindical!

Aplausos da IL, do CDS-PP e de Deputados do PSD.

Protestos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr.as e Srs. Deputados, Srs. responsáveis dos grupos parlamentares, é a última vez que vamos perguntar se ainda há mais inscrições. Se não houver, passamos já à fase de encerramento.

Pausa.

Então, ainda na fase das intervenções, até 8 minutos e 19 segundos, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, queria deixar umas notas finais, na sequência de algumas intervenções, que penso que se impõe.

Como os Srs. Deputados bem se devem recordar, em 2024, fizemos um acordo tripartido, e esse acordo teve por objetivo valorizar os salários e o crescimento económico. Encontrámos na altura um cenário de gestão miserabilista, com base em salários baixos — uma visão errada de que se fideliza o voto através da miséria. Estávamos a ser condenados a uma evolução, como já tive oportunidade de referir, em que já era voz corrente que, mais dia menos dia, os portugueses iam ganhar todos o salário mínimo, salário mínimo, esse, que cada vez regredia mais ou evoluía pouco.

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

A primeira revisão que fizemos foi do valor previsto pelo Governo da geringonça para 2025, que foi de imediato revisto em alta e colocado em vigor.

Chegamos hoje ao Parlamento e encontramos novamente uma lógica miserabilista de quanto pior, melhor, para fidelizar votos. Só assim é que se compreende que, apesar de jurarem vários Srs. Deputados, nomeadamente da bancada do Partido Socialista, que leram o documento que está *online*, tenham feito afirmações totalmente contrárias ao que está disposto.

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Não leram!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — Vou, mais uma vez, falar no exemplo do banco de horas. A afirmação que foi feita de que o trabalhador tem de esperar seis meses é falsa, nunca esteve pensada ou em cima da mesa. O que diz o diploma, que está disponível *online,* é que o trabalhador pode solicitar ao empregador…

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Solicitar!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — … a redução do tempo de trabalho diário por duas horas, com a antecedência mínima de três dias. Isto é, o trabalhador pode ser o primeiro a pedir, a conta-corrente pode iniciar-se com o trabalhador.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Não mintam às pessoas!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — O trabalhador pode acumular créditos e depois, só mais tarde, é que a empresa vem fazer o contraponto desses créditos. O que prevê o diploma é que, quando decorrido o prazo de seis meses, o crédito é a favor do trabalhador,…

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — É seis meses ou não é seis meses?

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — … podendo o trabalhador optar pelo tempo de descanso correspondente ou pela remuneração.

Portanto, Srs. Deputados, é conveniente, e volto a repetir o conselho, a leitura. Estou a falar do n.º 4 do artigo 208.º-C, que está disponível na proposta de lei.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — É seis meses, não é?!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — Era importante a leitura! Uma mentira muitas vezes repetida apenas nos identifica ideologicamente, não passa a ser verdade. É esta a indicação, Sr. Deputado.

Uma nota ao Partido Comunista, relativamente à facilidade em despedir. Isso é algo que talvez o Partido Comunista domine. O que nós podemos dizer é que o tema não é abordado na proposta de lei.

Protestos do PCP.

O tema não é abordado na proposta de lei! E, se o Partido Comunista quiser mexer nessa matéria, nós dizemos que não é oportuno. Não é oportuno e não é por aí!

A via é a valorização salarial, a via é o crescimento económico. A via não é despedir, que é o recurso mais raro que as empresas hoje têm em dia. Hoje em dia, em Portugal, há dinheiro, há máquinas, há gestores, não há é trabalhadores. Ninguém despede hoje em dia.

Protestos do PCP e de Deputados do PS.

Só em caso de má evolução, só em caso de intempérie, só em casos excecionais. A economia está em crescimento, portanto, não é por aí, Srs. Deputados.

Protestos do PCP.

Relativamente ainda ao Partido Comunista, é preciso liberalizar a negociação coletiva. VV. Ex.as são totalmente contra. Temem que, no momento em que se liberalize a negociação coletiva, como a CGTP não faz acordos, passe à história a CGTP e passem a existir só acordos, sem CGTP — esse é o vosso receio!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Por último, a legislação laboral, nos termos da lei, assenta numa primeira fase de negociação tripartida. É preciso equilibrar os interesses das empresas com os interesses dos trabalhadores. Foi o que fizemos numa lógica de parte: o Governo é parte, foi introduzindo regras para o equilíbrio. Não foi possível, porque as forças estão demasiado partidarizadas, repito, demasiado partidarizadas!

Oficialmente, legalmente, a UGT (União Geral de Trabalhadores) tem uma tendência socialista dominante — está nos estatutos —, e essa tendência socialista partidarizou a negociação, colou-se ao Partido Socialista. Daí que, se a UGT é contra a legislação, o Partido Socialista é contra a legislação. Não há aqui nada de novo.

Protestos do PS.

A segunda fase, nos termos da lei, é o Parlamento. Independentemente do resultado da primeira, segue-se a segunda fase, e aqui, Srs. Deputados, é importantíssimo o período da audição pública. É importantíssimo que VV. Ex.as tenham oportunidade de ouvir diretamente as forças empresariais, os representantes dos trabalhadores, e que possam ter uma ideia concreta do que está em cima da mesa. Assim, e se ouvirem a sociedade civil, irão ter a recolha de informação que eu tive nas dezenas e dezenas de reuniões.

Os portugueses querem a reforma, os portugueses querem mais. Está já contratualizado, está prometido no Programa do Governo, os 1100 € de salário mínimo e os 2000 € de salário médio. São aumentos históricos: 34 % num, 500 € no outro. Mas os portugueses querem mais. Porquê? Porque, quando aí chegarmos, continuaremos a 30 %, 35 % abaixo da União Europeia, estaremos a 30 % abaixo da Espanha, e os portugueses querem mais.

Para se conseguir mais, é necessário o apoio do Parlamento. É necessário que os Srs. Deputados analisem as propostas, apresentem as propostas que entenderem mais adequadas e sigam um único rumo: valorização salarial, que vos é pedida pelos portugueses. Isso consegue-se através de uma conciliação trabalho-família, que é totalmente compatível com a valorização salarial.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a fase de encerramento, por parte do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra…

Pausa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Há uma coisa chamada telefone!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Há pouco tinha avisado, mas peço que liguem para a Mesa e façam as inscrições.

Por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para uma intervenção, até 3 minutos e 39 segundos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Paula Bernardo.

A Sr.ª **Ana Bernardo** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados: Há momentos em que temos mesmo de pôr fim a inverdades e mistificações. O Governo e os grupos parlamentares que o suportam têm repetidamente afirmado que a Agenda do Trabalho Digno não foi levada à concertação social pelo Governo socialista.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — É o que vem no acordo!

A Sr.ª **Ana Bernardo** (PS): — Não o fizeram hoje, mas têm-no feito repetidamente nesta sede. Isso é totalmente falso! É apenas uma tentativa deliberada de reescrever factos. Houve negociação, houve muitas reuniões de concertação social e com todos os parceiros. Acordo? Não houve.

Vozes do PSD e da IL: — Ah!…

A Sr.ª **Ana Bernardo** (PS): — Mas, porventura, esse não-acordo passou despercebido…

Protestos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Parem o tempo, por favor.

Pausa.

Quando sentir condições, pode continuar e o tempo voltará a contar.

A Sr.ª **Ana Bernardo** (PS): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Porventura, um não-acordo passou despercebido, porque na altura não houve processo de intenções públicas perante aqueles que decidiram não o fazer.

Discutiu-se uma Agenda do Trabalho Digno que teve por base um Livro Verde sobre o Futuro do Trabalho, com propostas, com dados, com análise. E esta reforma, em que factos, em que números, em que análise se baseou? Em nada, para além de perceções, ideologias e ajustes de contas.

Portanto, houve, sim, reuniões de concertação social, e digo-o sem margem para dúvidas, até porque há várias pessoas neste Plenário que estiveram presentes.

Aplausos do PS.

Já esta semana, assistimos a mais desinformação por parte do Governo. O Sr. Primeiro-Ministro defendia a necessidade do *outsourcing* como se fosse algo hoje proibido pela lei. Não está proibido, nunca esteve. O que a lei faz — e muito bem — é impedir abusos, é impedir que trabalhadores sejam descartados e logo substituídos por outros, menos protegidos e com menos direitos. Isso não é rigidez laboral, isso é justiça social.

Aplausos do PS.

O Sr. Primeiro-Ministro falava ainda do banco de horas individual, de que já aqui hoje se falou muito, acusando de imobilismo aqueles que o consideram um retrocesso. O problema não está no banco de horas coletivo, definido por vontade coletiva, que é um banco mais equilibrado e que está previsto na lei.

Aqui, Sr. Secretário de Estado, importa contar a história toda: é que os bancos de horas coletivos que temos regulam horários, mas regulam também despesas de transporte, regulam direitos do trabalhador a solicitar a utilização desse banco de horas e, portanto, não pode ser reduzido àquilo que o Sr. Secretário de Estado aqui referiu hoje.

O problema é que o Governo quer o regresso a um mecanismo que concentra o poder no empregador, que desregula horários, que destrói a previsibilidade da vida dos trabalhadores e que reduz rendimentos.

Vozes do PS: — Muito bem!

Protestos do PSD.

A Sr.ª **Ana Bernardo** (PS): — Isso é o que o Governo não quer admitir, ou melhor, isso é o que o Governo quer esconder aos trabalhadores e aos portugueses. Aliás, é um modelo que já falhou no passado e que, em 2018, por acordo tripartido, foi rejeitado por todos.

Aplausos do PS.

O Governo diz querer que a legislação laboral acompanhe os sinais do tempo, mas o que o Governo parece querer mesmo é que o tempo volte para trás: tudo para as empresas, nada para os trabalhadores.

Fala em crescimento da economia, em produtividade, mas já vimos que não são esses os fatores. O Governo fala em querer melhorar os salários, mas não será por via desta legislação liberal que o irá conseguir.

Num momento em que temos a subida do custo de vida, o aumento do preço dos combustíveis, da alimentação, da habitação, perante a pressão sobre os salários, perante as crescentes dificuldades das famílias, o que é que o Governo fez? Nada! Silêncios, políticas inconsequentes e uma enorme insensibilidade social.

Aplausos do PS.

Em suma, o Governo legisla em contramão, ataca os trabalhadores, desequilibra ainda mais as relações de forças entre empregadores e trabalhadores.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Meu Deus! Parece o Partido Comunista Português!

A Sr.ª **Ana Bernardo** (PS): — O PS não podia ser mais claro relativamente a este projeto de reforma: connosco, não contam!

Aplausos do PS.

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Ana Paula Bernardo, nem 8 nem 80!

Entre mais de 50 reuniões com a concertação social e estar a borrifar-se para a concertação social, quando foi a negociação da Agenda do Trabalho Digno, porque tinha uma maioria absoluta — e, portanto, a concertação social já não contava —, deve haver certamente aqui um meio termo.

O que temos de reconhecer é que a concertação social não representa efetivamente os trabalhadores, porque a CGTP e a UGT representam uma pequena fração dos trabalhadores.

Mas, olhe, há uma instituição, há um órgão de soberania que representa todos os portugueses, todos os trabalhadores: somos nós, é o Parlamento!

Aplausos da IL.

Portanto, contribuam para essa discussão.

Mas a pergunta que tenho para a Sr.ª Deputada, muito clara, muito objetiva e muito direta, é: é ou não verdade que, quando a Agenda do Trabalho Digno foi negociada, não houve acordo da concertação social e o Partido Socialista fez uso da sua maioria absoluta e, com muita soberba, sobrepôs-se a tudo e a todos, para avançar com o pacote laboral? É ou não é verdade, Sr.ª Deputada? É só isto: é ou não é verdade?

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada Ana Bernardo já não tem tempo para responder. Pede a palavra para que efeito, Sr.ª Deputada?

A Sr.ª **Ana Bernardo** (PS): — É para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente,…

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Parem de arranjar expedientes!

A Sr.ª **Ana Bernardo** (PS): — … para solicitar a distribuição de uma lista de reuniões em sede de concertação social no período de 2021.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Houve acordo ou não?!

A Sr.ª **Ana Bernardo** (PS): — Não será uma lista exaustiva, mas é para demonstrar que, de facto, houve acordo.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não houve acordo!

O Sr. **Presidente**: — Entregue-a, Sr.ª Deputada, e será distribuída logo que chegar.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando este debate se encaminha para o final, é importante recordar as perguntas que o PSD fez hoje aqui ao Chega.

Quer ou não o Chega aumentar o salário mínimo nacional? Quer ou não o Chega aumentar o salário médio, nas empresas e na Administração Pública; o salário que mobiliza a riqueza nacional e que nos faz estar a ser ultrapassados por países que há dois, três, cinco anos estavam muito, muito, muito atrás de nós? Quer ou não o Chega mais dias de férias para os trabalhadores? Quer.

E a resposta é «sim» a tudo.

Mas há uma outra antepergunta a essa resposta: de todos estes temas que aqui acabei de nomear, quais estão no código e na reforma laboral propostos pelo Governo?

Vozes do PSD: — Todos!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Zero!

Aplausos do CH.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Todos! Todos!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Zero destes assuntos estão aqui nesta reforma laboral. Nada, nada disto!

O Governo não quer dar mais férias; quer que os trabalhadores comprem férias. Em vez de lhas dar, como fez com o resto das restrições, quer pôr as pessoas a comprar as suas próprias férias.

Salário mínimo? Salário médio? Nada.

Sobre trabalhadores por turnos ou trabalho em horas extraordinárias — milhões no País inteiro! — nada.

Srs. Deputados, o Bloco de Esquerda perguntou-nos qual é a proposta para a idade da reforma. Hoje mesmo,…

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Hoje! É hoje!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … o País soube que a idade da reforma volta a aumentar.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Olhem na cara estes homens e estas mulheres do País inteiro, que têm de trabalhar quase até morrer para poderem ter a sua reforma. Hoje mesmo, passou para 66 anos e 11 meses a idade da reforma.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vergonha!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Deputado Fabian Figueiredo, nós não temos dúvidas. Queremos mesmo, neste País, voltar aos 65 anos de idade de reforma ou 40 anos de descontos, porque isso é mais do que justo para quem trabalhou toda a vida, neste País.

Aplausos do CH.

Não podemos olhar para estes cidadãos e dizer-lhes que Assunção Esteves, antiga Presidente do Parlamento, trabalhou 10 anos, teve 10 anos de serviço e tem uma reforma de 7000 €, com 42 anos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora! E Mário Centeno!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E estamos a pedir que esqueçam os Centenos desta vida, que esqueçam as Assunções Esteves desta vida.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Em nome deles, não nos esquecemos deles. Nós não nos esquecemos deles!

Aplausos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Fabian, isto não é para o Bloco! O Bloco não trabalha, não é para o Bloco!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Se falares em português eu entendo!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento, embora não tenha tempo para esclarecer. Para esse efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, que dispõe de 40 segundos, mais a tolerância.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados, Sr. Presidente, não sei se há aqui um problema com o som do Parlamento, mas parece que ouço a CGTP em estéreo. Ora ouço a CGTP do lado esquerdo, ora ouço a CGTP do lado direito.

Risos do CH.

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Sessenta! Sessenta é o que tu ouves! São 60!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Mas, Sr. Deputado André Ventura, falou da proposta de baixar a idade da reforma. Só não explicou — porque nunca explica, esse é o caminho do populismo, dizer o que é bom mas não explicar o resto — quem é que vai pagar a baixa da idade da reforma. Explique aos jovens que estiveram aqui sentados. Explique aos jovens que serão eles a pagar a baixa da idade da reforma!

Aplausos da IL.

O Chega agora só quer saber do eleitorado mais velho. Tenha coragem para dizer aos jovens que vão ser eles a pagar a baixa da idade da reforma.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É mentira! É mentira!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Tenha coragem! Ser populista é fácil. Dizer a verdade não é para todos, Sr. Deputado.

Aplausos da IL.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É mentira o que estás a dizer!

O Sr. **Presidente**: — Agora dou a palavra ao Sr. Deputado Hugo Soares, para uma intervenção.

Continuação de protestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É uma vergonha! Vocês são extrema-esquerda!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Já vocês…!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Até ao 25 de Abril vão, pá! Extrema-esquerda!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o debate tem regras…

Continuação de protestos do CH e contraprotestos da IL.

Srs. Deputados, o debate tem regras, tem tempos e tem grelha. Portanto, Sr. Deputado Hugo Soares, tem a palavra.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, este debate realiza-se a pedido do Partido Comunista Português e é uma espécie de antecâmara daquilo que será a discussão no Parlamento,…

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Abstenção do PSD!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … no sítio certo, da legislação laboral que ocorrerá em breve.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, este debate foi muito claro. Por um lado, o Partido Comunista Português grita, berra e brada contra a precariedade que diz que ainda existe, contra os baixos salários que diz que ainda existem, contra uma economia que devia ser mais competitiva e que ainda existe, mas encerra-se na sua própria contradição e diz: «Existe isto tudo, mas nós não queremos mudar nada. Queremos deixar tudo na mesma.»

Aplausos do PSD.

Protestos do L.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Ora, o Partido Comunista Português é, por isso, o partido da precariedade, dos baixos salários e da economia não competitiva.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Por outro lado, Sr. Presidente, temos o Partido Socialista. Devo dizer que discordo de algumas versões que aqui ouvi. O Partido Socialista aprovou a reforma do trabalho digno com a maioria absoluta e isso é totalmente legítimo. Aprovou-a com a maioria absoluta que o povo lhe conferiu para estar neste Parlamento.

Mas quero lembrar ao Partido Socialista que se este Parlamento aprovar esta legislação laboral, tem a mesma legitimidade que teve o Partido Socialista com a sua maioria absoluta.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Que não faça como de costume. O costume do Partido Socialista é aceitar a vontade do povo só quando lhe convém; quando não lhe convém, já acha que é uma maioria de direita a forçar aquilo que o povo não quis. O Partido Socialista que seja sério e coerente.

Vozes do PSD: — Ora bem!

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

Do outro lado, Sr. Presidente, tivemos o Chega. Faria, creio eu, um bom número para o *TikTok* se fizesse igual ao Deputado André Ventura…

Vozes do CH: — Só inveja!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … e dissesse à bancada que está atrás de mim o seguinte:…

Entretanto, o grupo de cidadãos da JSD de Leiria presente nas galerias começou a sair.

Vozes do CH: — Olha, até se vão embora!

Pausa.

Protestos do CH e contraprotestos do PSD.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — A proposta do…

Protestos do CH.

Se pudesse…

Continuação de protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O número é bonito e eu queria que ficasse bem no *TikTok*. Se o Sr. Presidente pudesse parar o…

O Sr. **Presidente**: — Sim, parar o tempo.
Srs. Deputados, como sabem, não é permitido fazer interação com as galerias.

Protestos do CH e contraprotestos do PSD.

Não é. E se não é, Sr. Deputado Hugo Soares, faça o favor de continuar.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito obrigado Sr. Presidente.
O que queria dizer, a si, à Câmara e ao País era o seguinte: é preciso que o Sr. Deputado André Ventura, quando fala para os homens e as mulheres que trabalham efetivamente, hoje, até mais tarde — como acontece em toda a Europa, para dar sustentabilidade à segurança social…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Em França são 64 anos!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … num mundo onde a esperança média de vida vai aumentando e as pessoas querem continuar a contribuir —, diga também àqueles jovens que ali estão que, se a proposta do Sr. André Ventura fosse aceite no modelo do Chega, esses jovens que ali estão não iam ter reforma nem pensão,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É mentira! É mentira!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … porque a segurança social não tinha sustentabilidade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do CH.

O senhor só fala dos jovens para bater com a mão no peito, mas quer acabar com o futuro deles! A sua proposta é contra a juventude portuguesa.

Vozes do CH: — É mentira!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O senhor é contra os jovens de Portugal, o senhor não quer saber deles, o senhor é populista e só quer saber do populismo!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tens de falar mais alto!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas o Chega, Sr. Presidente, tem hoje uma decisão a tomar.

Protestos do PSD e contraprotestos do CH.

Hoje o Chega tem uma decisão a tomar. A decisão é muito simples: ou o Chega continua a ser mais socialista do que os próprios socialistas, ou o Chega defende a legislação laboral da geringonça, ou o Chega é mais geringonça do que a extrema-esquerda, ou então vem a jogo.
Negoceie de forma séria e vamos dar a Portugal a legislação laboral que Portugal merece.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado André Ventura pede a palavra para que efeito?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, pedi a palavra para interpelar a Mesa, verdadeiramente.

Primeiro, para dar o esclarecimento de que não estávamos a interagir com a galeria. Estávamos a dizer que os presentes na galeria estavam a sair, que é uma coisa diferente do que estarmos a interagir com a galeria.

Protestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado pela indicação.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Depois, Sr. Presidente, espero que use o mesmo critério com todas as visitas dos outros partidos.

O Sr. **Presidente**: — Sabe bem que sim.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olhe que não!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Por fim, gostava de pedir a distribuição da votação da Agenda do Trabalho Digno, que o Partido Socialista trouxe aqui à Câmara. O PSD estava tão furioso com a forma como foi aprovada, mas queria que ficasse claro como é que o PSD votou na altura. O PSD viabilizou…

O Sr. **Presidente**: — Será distribuído.

O Sr. **André Ventura** (CH): — … a mesma reforma laboral do Partido Socialista.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra agora ao Sr. Deputado Rui Tavares, para uma intervenção.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ninguém merece!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas:…

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Colegas?! Não é a escola!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — … vejamos o exemplo do setor do turismo em Portugal. Tem crescido certamente muito, é uma grande porção do PIB nacional, mas, apesar disso, os salários têm crescido a uma velocidade, uma média, muito menor do que o crescimento do setor.

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

É o setor, provavelmente, mais semelhante àquilo que o Governo quer fazer, e está muito abaixo do salário médio nacional nos outros setores.

Ou seja, se formos fazer como o Governo quer que se faça, o que podemos esperar é que aconteça o mesmo que aconteceu no turismo: os lucros aumentam, os salários aumentam muito menos.

Na verdade, se formos olhar para o salário médio no turismo, à volta de 1000 €, tenho a impressão de que boa parte desse aumento é devido a ter aumentado bastante mais o salário mínimo. Ou seja, apesar de dizerem que os salários não aumentam por decreto, no setor que faz as coisas maioritariamente como vocês querem que elas sejam feitas, na verdade, o salário que ainda foi aumentando foi, em boa medida, por decreto.

Pensemos qual é o sentido estratégico que uma reforma destas tem para Portugal, quando deveríamos estar a discutir incorporação de conhecimento e tecnologia, quando deveríamos estar a discutir mais produtividade, o

que quer dizer menos tempo de trabalho. E prepare-se, Sr. Deputado Hugo Soares, que um dia destes vai ver a extrema-direita dar,…

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Extrema-direita é mentira!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — … em Portugal, a mesma cambalhota sobre a semana de quatro dias que acabou de dar no Brasil, porque agora são a favor da semana de quatro dias — pasme-se!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ai isso não! Isso não, de certeza!

O Sr. **Rui Tavares** (L): —É a mesma cambalhota — e o Sr. Deputado André Ventura está-me a confirmar — que está a dar no tempo da reforma, porque vai ser preciso, Sr. Deputado Hugo Soares, muita extrema-esquerda, muito extraterrestre, muita gritaria, para mascarar a extrema distância que tem este pacote laboral em relação ao sentir do País, dos trabalhadores.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Está enganado!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Se isto não faz sentido estratégico para a nossa economia, faz sentido tático zero para um Governo minoritário que perde na concertação e que, aqui no Parlamento, tem uma derrota anunciada.

Essa derrota, que começou na última greve geral, vai também ver-se na próxima greve geral, porque o sindicalismo ainda é aquilo que os trabalhadores têm como instrumento — olhem, por exemplo, na Dinamarca —, para fazer subir salários, para os representar, para a negociação coletiva, que é própria dos países mais evoluídos da Europa.

Aplausos do L.

Protestos da IL.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Miguel Cabrita pede uma interpelação à Mesa para que efeito?

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Para distribuição de documentos, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Sr. Presidente, pediria os seus bons ofícios para fazer chegar às bancadas parlamentares o documento do próprio Governo sobre a reforma laboral, o artigo 208.º-C, agora chamado banco de horas por acordo, que é o banco de horas individual.

O Sr. Secretário de Estado referiu aqui que não havia nenhum prazo de seis meses em que os trabalhadores poderiam nunca conseguir reaver o seu tempo. Pois bem, o n.º 2 do artigo 208.º-C tem mesmo um prazo de referência de seis meses…

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — … e, nesse período, não há nenhuma garantia para o trabalhador poder reaver o tempo que trabalhou a mais.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O pacote já caiu!

O Sr. **Presidente**: — Será distribuído, Sr. Deputado. Faça o favor de fazer chegar o documento à Mesa.

O Sr. Deputado Hugo Soares pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, creio que o Governo tinha solicitado à Mesa a cedência do seu tempo ao Grupo Parlamentar do PSD e não percebo porque é que não está contado.

O Sr. **Presidente**: — Não está contado porque a Mesa entendeu que esta cedência não devia acontecer.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não pode! Segundo o Regimento, não pode!

O Sr. **Presidente**: — Estivemos a fazer a avaliação. Não tenho histórico em relação a esta matéria e parece-me razoável que, do ponto de vista do que deve ser a gestão equilibrada do tempo do Governo com o dos grupos parlamentares, assim não seja. Se, por acaso, estivermos a decidir mal, poderemos ver, numa próxima Conferência de Líderes, a clarificação em relação a este ponto.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, é evidente que acatarei a decisão da Mesa. Devo-lhe dizer que o Sr. Presidente poderá fazer o esforço que quiser, mas não encontrará respaldo regimental para a intervenção e para a interpretação que está a fazer.

A verdade é só uma, da mesma forma que os grupos parlamentares cedem tempo ao Governo, o Governo, se tiver tempo que não vai usar, pode cedê-lo aos grupos parlamentares.

É evidente que a Câmara e o País sabem que os grupos parlamentares que apoiam o Governo normalmente cedem tempo ao Governo e o Governo poderá ceder tempo aos grupos parlamentares que apoiam o Governo.

Não porei em causa a sua decisão, mas quero que fique claro que não tem qualquer respaldo regimental a sua decisão, que, evidentemente, condiciona o debate que o PSD tinha organizado nesta Câmara.

O Sr. **Presidente**: — Se condiciona o debate, é sem intenção. E, como é óbvio, o Governo tem este tempo; se o PSD já sabia que ia ter este tempo ou não o Governo, não é informação que eu soubesse.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Já estava combinado!

O Sr. **Presidente**: — Portanto, posso não ter a decisão correta, admito que sim, mas como não tenho tempo para avaliar de outra forma em termos regimentais, será avaliado do ponto de vista do que vier a ser feito em Conferência de Líderes.

Foi uma decisão na base do que parecia ser mais equilibrado em relação à gestão do tempo do Governo.

Protestos do L.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho quer usar do tempo para uma intervenção. Faça favor.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — Sr. Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados: Uma mentira pode ser repetida mil vezes, nunca será verdade, Sr. Deputado.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Miguel Cabrita.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — O documento é público e V. Exª confunde ou então quer confundir…

A Sr.ª **Regina Bastos** (PSD): — Acho que é isso!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — … terceiros.

O que está em causa, terei de lhe explicar, é que o cômputo das horas tem o prazo máximo de meio ano para saldar, isto é, a conta corrente é saldada no máximo,…

Protestos do Deputado do PS Miguel Cabrita.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — … mas ela pode ser iniciada pelo trabalhador, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Pedida!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — Pode ser iniciada pelo trabalhador e, portanto,…

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Pedida! Pedida!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — … o que aconselho, Sr. Deputado, é a leitura e falar verdade. A mentira é fácil de detetar, é ir ao *site* da Assembleia da República e está lá o documento e o que o Sr. Deputado disse não corresponde à verdade, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Leia o artigo!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — O esclarecimento é muito simples. A CGTP, como dei há bocado o exemplo, a UGT — que o Partido Socialista controla —,…

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Não pode ser! Não pode ser!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — … querem fazer acordos com limites maiores do que aqueles que estão na proposta de lei. A proposta de lei quer limitar a duas horas, a UGT e a CGTP estão a fazer acordos a quatro horas.

A proposta de lei propõe que o valor/hora tenha uma remuneração acima do valor normal, as confederações estão a fazer acordos em que pagam pelo valor da hora normal. Querem é ter o monopólio da negociação e a seguir remetem para o trabalhador. A seguir não vão à negociação, o trabalhador fica sozinho. Eles apenas alargam os limites. Isto é o que está no diploma. Portanto, não ler ou ler e divulgar erradamente não levará a lado nenhum. Apenas identifica uma posição inicial: o PS é contra a boa governação; o PS entende que fidelizar o eleitor pela miséria é uma solução.

Nós somos contra, Sr. Deputado. Nós combatemos a pobreza, nós queremos tirar os portugueses dos baixos rendimentos…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa regista um pedido de esclarecimento e, entretanto, o Sr. Deputado Miguel Cabrita também pede a palavra.

Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Sr. Presidente, para defesa da honra.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado. Dispõe de 2 minutos. É defesa da honra da bancada.

Protestos do CH.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Sr. Presidente, o Sr. Secretário de Estado acabou de proferir aqui afirmações da maior gravidade e que ofendem a honra desta bancada.

Em primeiro lugar, acusou-nos de mentir.

Protestos do CH.

Mentir sobre algo que está plasmado, preto no branco, na proposta do Governo. Vamos repetir para que não haja nenhuma hesitação e nenhuma dúvida: o trabalhador pode pedir…

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Isso é defesa da honra?!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — … durante os seis meses seguintes para iniciar, para recuperar o crédito de horas — pedir! Não tem nenhuma garantia de que durante seis meses isso possa acontecer.

Aplausos do PS.

Mas mais grave, Sr. Presidente, foi a acusação aqui repetida — que tem sido feita ao longo destes meses por altos responsáveis do Governo, por altos responsáveis da AD, pelo Líder Parlamentar do PSD, nas redes sociais do PSD, e hoje repetida nesta Câmara — de que o PS controla sindicatos.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — E é!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, é uma acusação da maior gravidade. O PS bateu-se para que houvesse liberdade sindical em Portugal,…

Aplausos do PS.

Vozes do PSD: — Ah!

Protestos da Deputada do PS Ana Bernardo.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — … bateu-se para que houvesse sindicalismo livre em Portugal, para que houvesse uma separação entre os trabalhadores e seus representantes e os partidos políticos.

O senhor não tem o direito de pôr em causa a história da democracia e a história do PS, em Portugal. É uma vergonha o que o senhor aqui fez e é uma vergonha que o PSD e o Governo insistam nesta tentativa…

Aplausos do PS.

Protestos do PSD e do CH.

… de descredibilizar aqueles que os trabalhadores escolhem livremente para os representar.

Há quem tenha, nesta Câmara, um ódio mal disfarçado ao sindicalismo livre…

A Sr.ª **Felicidade Vital** (CH): — Livre?!

Vozes do CH: — É livre onde?!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — … e que diga mesmo, como fez há pouco a Iniciativa Liberal, que ele não existe em Portugal. Mas existe! Há sindicatos em Portugal,…

Aplausos do PS.

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Ah!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — … batemo-nos por isso e bater-nos-emos sempre por isso, Sr. Secretário de Estado.

Mais, não sei como é que explica aos trabalhadores sociais-democratas que eles são controlados pelos socialistas da UGT.

Sr. Secretário de Estado, espero retratação em nome dos democratas neste Parlamento.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário de Estado pretende dar explicações?

Faça favor.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — Com autorização de V. Ex.ª…

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Que vergonha! Que vergonha!

O Sr. **Presidente**: — Vamos ouvir! Vamos ouvir!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — Sr. Presidente, temos aqui, na nossa mão, a proposta de lei, que os Srs. Deputados podem consultar.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Nós já vimos!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — E, mais uma vez, o Sr. Deputado faltou à verdade. O Sr. Deputado fez uma citação que não consta no diploma, nem sabemos onde é que se inspirou.

Protestos do Deputado do PS Miguel Cabrita.

Sr. Deputado não consta no diploma. Está aqui o diploma.

Portanto, é importante alguma serenidade, mas verdade é imprescindível. É imprescindível falar verdade.

Voz do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — Há que assumir o posicionamento ideológico. Vocês são contra.

A Sr.ª **Júlia Rodrigues** (PS): — Vocês?!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — O Partido Socialista é contra. É um posicionamento político.

O que não podem é mentir…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Desonestidade intelectual!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — … e citar frases de um documento onde elas não estão. Isso não consta no artigo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos da Deputada do PS Dália Miranda.

Para terminar, Sr. Presidente, quero só esclarecer o Sr. Deputado do Partido Socialista que consta dos estatutos da UGT que há uma tendência socialista…

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — E social-democrata!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho**: — … e o Partido Socialista já indicou os seus elementos ao próximo congresso da UGT, que, nos termos dos estatutos, devia ter ocorrido em abril, mas que, por falta de sala, foi adiado para outubro.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Está feita a defesa da honra e estão prestados os esclarecimentos.

Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.

O Sr. Deputado Pedro Pinto tinha pedido a palavra também. Para uma interpelação à Mesa, Sr. Deputado?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sim, para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente, em duas fases.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, numa primeira fase, estava aqui à procura no Regimento da Assembleia da República e creio que o Sr. Deputado Miguel Cabrita não poderia ter defendido a honra da bancada. Podia ter defendido apenas a honra a nível pessoal, porque não é líder da bancada parlamentar.

Protestos do Deputado do PS Miguel Cabrita.

O Sr. **Presidente**: — É da direção da…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é da direção da bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Presidente**: — Foi a informação que recebemos aqui na Mesa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é da direção, não.

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Não é, não!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Creio que não é. Só se eu estiver mal informado, mas creio que não é da liderança da bancada.

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas agora está feita a defesa da honra da bancada…

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado isso é importante, porque eu recebi a informação de que era da direção da bancada.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Mais uma aldrabice!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Vergonha! É uma vergonha!

Protestos do PSD e do CH.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, é só para esclarecer: com essa indicação de que o Sr. Deputado não faz parte da direção da bancada, o Sr. Deputado Pedro Pinto tem razão.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Está feita…

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem razão, eu estava com informação diferente, foi a que foi dada. E, como pode imaginar,…

Voz do CH: — E quem é que lhe deu essa informação?

O Sr. **Presidente**: — … eu não conheço os membros da direção dos grupos parlamentares. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sabendo, obviamente, Sr. Presidente, que hoje também não é um dia bom para o Partido Socialista,…

Protestos do PS.

… nós deixamos passar isso.

Queria também pedir a distribuição de uma notícia, porque ouvimos o Sr. Deputado Rui Tavares levantar aqui um falso testemunho, a dar indicação de que no Brasil se está a discutir a semana de quatro dias de trabalho.

Não é verdade. A semana que se está a discutir é de cinco dias de trabalho…

O Sr. **Presidente**: — Muito bem…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — … e não de quatro dias de trabalho. Portanto, a mentira do Livre — como é sempre —,…

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, será distribuída.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — … mas não pode ser perpetuada nesta Assembleia.

Aplausos do CH.

Protestos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Será distribuída. O Sr. Deputado Rui Tavares quer usar da palavra. Para que efeito?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa, sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — E…?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, poderíamos escolher uma resma de papel de documentos que dizem exatamente, taxativamente, isto que eu disse e que é verdade: que a extrema-direita bolsonarista no Brasil…

Protestos do CH.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — … deu uma cambalhota…

O Sr. **Presidente**: — O que é que vai fazer chegar à Mesa, Sr. Deputado?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Qual é a notícia?! Qual é a notícia?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, uma notícia dizendo…

O Sr. **Presidente**: — O que é que vai fazer chegar à Mesa?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sim, uma notícia…

O Sr. **Presidente**: — O que é que vai fazer chegar à Mesa?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Um documento do Congresso, notícias da imprensa brasileira que dão conta da intenção da extrema-direita bolsonarista de apresentar no Congresso a semana de quatro dias,…

O Sr. **Presidente**: — Então, vai fazer chegar…

O Sr. **Rui Tavares** (L): — … com escala quatro por três,…

O Sr. **Presidente**: — Mas qual é a razão de ciência? Precisa é de fazer chegar o documento. É isso.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — … a escala quatro por três, como chamam no Brasil. E…

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. Será distribuído.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E digo, Sr. Presidente, só para terminar — porque assim escuso de fazer uma defesa da honra — que não pode impunemente algum Deputado ser acusado de mentir…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É seis por um!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — … quando está a dizer…

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, muito bem. Faça chegar. Obrigado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — … a mais documentada verdade.

Aplausos do L.

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Mas está a mentir!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É seis por um!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Informem-se!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Não queres fazer a defesa porque tens de ouvir a resposta!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É só ler!

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Presidente**: — Vou dar agora a palavra aos Srs. Deputados.

Protestos dos Deputados do CH Pedro Pinto e Pedro dos Santos Frazão e contraprotestos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Pinto, Sr. Deputado Rui Tavares, Sr. Deputado Pedro Frazão…

Pedia o favor de darem agora tempo para irmos para o encerramento.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto e contraprotestos do Deputado do L Rui Tavares.

Sr. Deputado Pedro Pinto, Sr. Deputado Rui Tavares, não é respeitoso para com os restantes Deputados, nomeadamente com a Sr.ª Deputada Paula Santos, que tem de fazer a sessão de encerramento.

Sr.ª Deputada Paula Santos, tem a palavra para fazer o encerramento, por parte do PCP. Faça favor.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.ªs e Srs. Deputados: Passadas mais de duas horas de debate, para lá de afirmações bacocas, o Governo não foi capaz de demonstrar porque é que esta proposta…

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Devias ler a proposta!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … de pacote laboral é boa para o País. Não se compreende porque é que a Ministra do Trabalho não veio aqui defender o seu pacote laboral. Se é assim tão bom, porque não quis enfrentar o contraditório?

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Está agendada a discussão com a própria!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — De que tem medo, se este pacote laboral é assim tão bom?

O Governo e patronato andam há meses a tentar ludibriar os trabalhadores. Mas os trabalhadores não caíram na cantiga do bandido e sabem bem o que está em causa nesta proposta, para grande irritação do Governo e também do patronato.

Atiram sistematicamente com o estafado argumento da produtividade, mas a responsabilidade dos baixos níveis de produtividade não é dos trabalhadores, é das opções políticas que não apostam na produção nacional, no investimento e na inovação dos processos produtivos.

Falam de mais salários, mas tudo o que propõem é para esmagar salários, seja pela facilitação da caducidade da contratação coletiva, seja pelo aumento da precariedade — que pressiona os salários para baixo —, seja, até, pelo pagamento do subsídio de férias e de Natal por duodécimos, dando a ilusão de que o salário é maior.

Agora, vêm com o engodo dos dias de férias, mas o que propõem não é aumentar férias, mas sim faltas justificadas com perda de remuneração. Rigidez, dizem. Para os partidos do Governo, para a Iniciativa Liberal e Chega que apoiam a sua política, rigidez é a proteção dos direitos dos trabalhadores.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — O Chega está do vosso lado!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — O que pretendem é a lei da selva, nos locais de trabalho, onde o patronato possa contratar sem direitos, pagar baixos salários e, quando não precisam mais, despedir à vontade, tudo em nome de uma suposta competitividade das empresas. O que pretendem é usar a ameaça do despedimento sem justa causa para impor arbitrariedade sobre os trabalhadores.

A vida dos trabalhadores, as vidas das suas famílias, dos seus filhos, se têm ou não condições de trabalho, se são ou não tratados com a dignidade que merecem, para estes partidos, nada disso importa, nada disso interessa.

Não deixa de ser sintomático: o Governo, que quer andar para trás com este pacote laboral, acusa de imobilismo quem se lhe opõe. Opomo-nos frontalmente ao pacote laboral do Governo, de retrocesso social e comprometimento com o desenvolvimento do País,…

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — É a reforma!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … e defendemos a remoção da legislação laboral de tudo o que é negativo para os trabalhadores.

Contrariamente ao Governo, que quer piorar a legislação laboral, o PCP combate essa opção e não queremos que fique tudo na mesma.

Ao longo dos anos, o PCP apresentou na Assembleia da República propostas concretas para alterar a legislação laboral a favor dos trabalhadores e do País: o fim da caducidade da contratação coletiva; a reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador; a eliminação dos instrumentos que desregulam os horários de trabalho; a revogação dos mecanismos que facilitam o despedimento; o combate à precariedade e a garantia de que a um posto de trabalho permanente corresponda um vínculo de trabalho efetivo; a reposição do pagamento do trabalho suplementar; o aumento dos dias de férias; o reforço dos direitos dos trabalhadores que trabalham por turno e trabalho noturno; o reforço efetivo dos direitos de maternidade e paternidade.

Defendemos avanços nos direitos dos trabalhadores e não retrocessos.

Quem quer o regresso ao passado, aumentar ainda mais a exploração sobre os trabalhadores, e impor condições de trabalho do século XIX é o Governo.

Ficou claro o apoio da Iniciativa Liberal — que se comportou aqui, aliás, como se fosse um representante do patronato e que trazia já a sua intervenção encomendada pelos grupos económicos,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Nós não estamos a mendigar!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … utilizando, inclusive, termos que não se ouviam desde 1973 — ao pacote laboral de PSD e CDS, e toda a disponibilidade do Chega para dar a mão ao Governo.

O Chega empolga aqui divergências, mas, bem lá no fundo, prepara uma manobra para viabilizar uma proposta que significa mais precariedade e mais exploração de quem trabalha.

Já todos sabem que o Chega diz uma coisa de manhã e o seu contrário à tarde. Em novembro do ano passado dizia que a greve geral era um erro, para depois vir contradizer-se. Isto tem um nome, oportunismo, para ocultar o seu compromisso com o patronato e os grupos económicos.

Neste debate, os partidos de direita estiveram mais preocupados em atacar o PCP do que em falar da vida dos trabalhadores e das suas famílias, porque, para estes partidos, os trabalhadores são mais uma peça que querem descartável.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, a cada dia que passa, cresce a rejeição e a possibilidade de derrubar o pacote laboral. E isso é o resultado da luta dos trabalhadores. E o Governo sabe-o, daí estarem tão empenhados em tentar enfraquecer a força e a luta dos trabalhadores. Mas, por mais que desejem, não vão conseguir calar a voz dos trabalhadores e do povo.

Antes de tempo, o Governo dava por certo a aprovação do pacote laboral. A realidade revelou-se bastante diferente daquilo que o Governo planeava, está com dificuldades com que não contava, e isso deve-se à luta organizada dos trabalhadores.

O pacote laboral está amplamente rejeitado pelos trabalhadores e pela sociedade portuguesa. É agora o tempo para derrotar este pacote laboral. Perante a brutal ofensiva do Governo, a luta intensifica-se. E aí está a greve geral, no próximo dia 3 de junho, contra o pacote laboral, por salários e direitos.

Protestos do PSD.

A garantia que os trabalhadores têm para derrotar o pacote laboral é a sua força, unidade e determinação. Esse é o caminho para a defesa dos seus direitos, para a melhoria das suas condições de vida, para o desenvolvimento do País.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Muito bem!

Aplausos do PCP.

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Rasga o pacote!

O Sr. **Presidente**: — Para encerrar o debate, em nome do Governo tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares. Faça favor.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Olhe a extrema-direita!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Carlos Abreu Amorim): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Na agenda desta reunião plenária consta a Interpelação ao Governo n.º 3/XVII/1.ª, que foi apresentada pelo PCP e que tem o título que todos conhecem.

Que fique muito claro: não estamos aqui a debater, a fazer o debate da proposta de lei da reforma do código laboral, que, embora já tenha entrado nesta Assembleia, não foi agendada em Conselho de Ministros e será agendada oportunamente.

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — E, por isso, não faz qualquer sentido aquele conjunto de, enfim, insinuações e até afirmações, mais ou menos declaradas, de que a Sr.ª Ministra devia cá estar ou que se está a furtar ao escrutínio.

Na altura certa, na altura do debate, na altura em que a Conferência de Líderes agendar o debate dessa proposta de lei, cá estará a Sr.ª Ministra, como tem estado tantas vezes,…

Vozes do PS: — Oh!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — … neste Plenário e nesta Assembleia.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Ainda é o Governo, tal como os grupos parlamentares, que dizem, cumprindo escrupulosamente o Regimento, quem são os seus membros que vêm a debate e quem é que usa da palavra, ainda não são os partidos interpelantes e espero que o Regimento nunca mais vá por aí.

E quando se fala de escrutínio ao Governo, deixe-me dizer, a propósito, Sr. Presidente, que o Governo já veio a esta Casa, em comissão e em Plenário, 529 vezes…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

Vozes do PS: — Oh!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — … nesta sessão legislativa,…

Aplausos do PSD.

… número esse que é superior a quase todos os parlamentos daqueles países, daquelas democracias com as quais gostamos de nos comparar, inclusivamente aqueles que têm um regime parlamentarista, que não é o nosso caso.

E deixem-me dar duas notas dirigidas ao Partido Socialista.

O Partido Socialista, por intermédio do Sr. Deputado Miguel Cabrita, que já cá não está, mas também da Sr.ª Vice-Presidente da UGT, que usou da palavra,…

A Sr.ª **Ana Bernardo** (PS) : — Não sou! Não sou!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — … falou e até chegou a insinuar que o Governo não respeitava a concertação social. Nada mais falso, o Governo respeita a concertação social, sempre respeitou.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Vê-se!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — As bancadas dos partidos que suportam este Governo sempre respeitaram a concertação social.

Não foi este Governo, nem nenhum dos seus membros, nem nenhum dos Deputados que suporta este Governo, que alguma vez se referiu à concertação social como uma feira de gado, Sr. Presidente.

Aplausos do PSD.

Portanto, deixe-me dizer, também ainda dirigido ao Sr. Deputado Miguel Cabrita, que ousou, teve o topete de nos mandar à cara, do Governo e das bancadas dos partidos que suportam o Governo, os tempos da troica:…

Vozes do PSD: — É verdade!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — … realmente, é preciso uma dose de atrevimento! É que é, de facto, não direi inaudita, porque não é a primeira vez,…

Aplausos do PSD.

… mas, de facto, é assinalável. O partido que suportava o Governo, que levou Portugal à bancarrota, o partido que negociou com a troica,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — … o partido que fez os portugueses passarem tantos anos de aflição, atira-nos, a nós, contra nós, a questão da troica!

Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Oh!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Faz lembrar aquela história desditosa do filho que mata os pais e vai depois a tribunal pedir clemência por ser órfão? Sr. Presidente, é uma pena que assim seja. É uma pena que ainda não se tenham arrependido do mal que fizeram ao País.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Deixem-me dizer: Porquê? Porquê esta reforma laboral? Portugal — já foi dito e tem de ser reafirmado —, dos 37 países da OCDE,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — … Portugal tem a segunda legislação mais rígida. São instâncias internacionais que o dizem.

Protestos dos Deputados do PS Isabel Alves Moreira e Pedro Nuno Santos.

Portugal enfrenta uma taxa de desemprego jovem três vezes superior à taxa geral, tem uma emigração jovem superior a 800 000 jovens. Existirão razões que não nos forcem a tomar uma decisão e mudar este estado de coisas? Eu não as consigo encontrar.

Portugal tem ainda uma produtividade 28 % abaixo da média da União Europeia, salários 35 % abaixo da mesma média europeia, e uma diferença salarial entre homens e mulheres…

Protestos da Deputada do PS Isabel Alves Moreira e do Deputado do PCP Alfredo Maia.

… de cerca de 14 %, face a esta média europeia.

Como não mudar? Como não querer mudar? Como continuar aferroado às lógicas deste antigamente, antigamente, aliás, que nem sequer querem respeitar. Disse, há pouco, o Sr. Deputado Miguel Cabrita que são os partidos que fizeram a liberdade sindical. Há aí verdade na luta entre a unidade sindical e a unicidade sindical. E contra quem é que lutavam? Contra aqueles que agora são os seus *compagnons de route*, contra aqueles que eram a favor da unicidade sindical e não da unidade sindical.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E é agora, renegando o seu passado, que vêm, de facto, aqui, a este Plenário, dizer que esta reforma não se vai fazer.

Eu apelo a todas as bancadas, àqueles que querem mudar as coisas, que querem que Portugal seja um país competitivo, rico, com melhores salários e com mais igualdade entre os trabalhadores, que estejam connosco quando for a hora, porque essa hora ainda não chegou.

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — E o Chega? Vais mudar o Chega?!

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada Ana Paula Bernardo quer fazer uma interpelação à Mesa, não é? Tem a palavra para uma interpelação à Mesa, faça favor.

A Sr.ª **Ana Bernardo** (PS): — Sr. Presidente, é só para solicitar — e irei fazê-lo posteriormente, na medida em que não o tenho aqui, neste momento ,— que seja enviado e distribuído a este Plenário e ao Sr. Ministro um documento da UGT de eleição de órgãos, e dos atuais órgãos da UGT neste momento, do qual eu não sou vice-presidente,…

Vozes do PSD: — Ah!

A Sr.ª **Ana Bernardo** (PS): — … não sou membro da Direção, não sou membro do Executivo. Portanto, não sei se a intenção era baralhar os portugueses, não sei qual era a intenção, mas o que é facto é que não é verdade.

Protestos do PSD e contraprotestos do PS.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isto é uma intervenção, Sr. Presidente! Há sempre uma grande tolerância para aquele lado!

O Sr. **Presidente**: — Será distribuído, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Ana Bernardo** (PS): — Mas deixe-me dizer, na mesma linha, depois de uma defesa da honra, que aproveito para, em nome do Partido Socialista, pedir desculpa ao Sr. Presidente pelo lapso de não ter sido um membro da Direção a fazê-la.

O Sr. **Presidente**: — Acontece a todos!

A Sr.ª **Ana Bernardo** (PS): — Eu poderia tê-la feito, teria feito exatamente a mesma intervenção, mas, mesmo depois desta defesa de honra, o Governo insiste em manter a sua linha de ataque à UGT e a linha de ataque ao PS.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Hugo Soares quer fazer uma interpelação à Mesa? Faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente. É mesmo sobre a condução dos trabalhos. Apenas para deixar esta reflexão à Mesa e à Câmara: está a tornar-se habitual, mas habitual é repetido, que os partidos aos quais correm mal os debates parlamentares usem e abusem das figuras regimentais,…

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — É o que ele está a fazer!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … designadamente das defesas da honra e das interpelações à Mesa, para tentarem, no prolongamento e nos penáltis, procurarem, talvez, empatar os debates.

O Sr. **Presidente**: — E…?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Era bom fazermos esta reflexão na Conferência de Líderes e que o Sr. Presidente pudesse ter o cuidado,…

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — de forma pedagógica, de dizer, aos grupos parlamentares que perdem o debate, que isso é da vida.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS e do PCP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado acaba a dar o exemplo também daquilo que não devia acontecer.

Risos e aplausos de Deputados do PS e do PCP.

Portanto, digamos que compete, a todos, realmente, terem essa lealdade institucional.

Sr. Deputado, é muito difícil ao Presidente da Mesa, porque não tem esse dom, de saber *ab anteriori* o que é que vai ser dito. Se houvesse e tivesse esse dom, teria, com certeza, capacidade de gerir os trabalhos de forma mais eficaz. Assim, tenho de, democraticamente, ouvir, tentar perceber e também sei, como todos sabem, que muitas vezes o uso das figuras regimentais não é feito com a pureza que ela merece. Deixo isso à consideração também de todos os Srs. Líderes Parlamentares.

A nossa reunião de amanhã é às 10 horas e a ordem do dia está disponível para consulta no *site* da Assembleia da República.

Até amanhã.

Está encerrada a sessão.

Eram 18 horas e 12 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.